



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 105

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Barbosa Neto e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (53). Achando-se ausentes o Sr. Deputado: Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2014**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a real-

ização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2024**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

**REQUERIMENTO Nº 2006**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se no período entre os dias 23, 24 e 25 do corrente mês e ano, para realização de viagem a Brasília/DF, a fim de participar, juntamente com os Prefeitos e a Bancada Federal do Paraná, de reunião referente à Reforma Tributária.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) RENI PEREIRA

**REQUERIMENTO Nº 2025**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a convocação do Exmo. Superintendente da Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, Eduardo Requião de Mello e Silva, para explicar, perante o Plenário desta Casa na Sessão de amanhã, 23 de novembro de 2004, o conteúdo em Ofício Circular nº 011/04-APPA, com relação aos incidentes ocorridos no Porto de Paranaguá na última semana.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(aa) WALDIR LEITE, DURVAL AMARAL,  
LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRA-  
IANO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ  
GUIMARÃES e FERNANDO RIBAS CARLI

**REQUERIMENTO Nº 2023**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, para investigar os graves problemas ocorridos na orla marítima do litoral, devido à explosão de um navio no Porto de

Paranaguá, composta por 05 (cinco) membros e com duração de 90 dias.

Requer ainda, a contratação de um técnico especializado em Meio Ambiente para assessorar a CEI.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Ocipou, ex-Prefeito do Município de Tamboara.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à rua Engenheiro Francisco Beltrão, s/n, Centro, CEP 87760-000 - Tamboara / Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mustapha Ali Osman, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente, bem como seja remetida mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade de Foz do Iguaçu lamenta profundamente a morte do empresário Mustapha Ali Osman, ocorrido no último dia 18 de novembro do corrente.

O Sr. Mustapha Ali Osman, nasceu no Líbano em 11 de janeiro de 1939, e foi um dos pioneiros da comunidade árabe da fronteira trinacional, onde chegou em 1960.

Em Foz do Iguaçu construiu uma sólida carreira comercial na área de exportação, criando a Têxtil Osman, uma das empresas de referência no setor.

Também na fronteira constituiu sua família, uma das mais tradicionais de toda a fronteira. Sempre envolvido com entidades beneficentes e clubes representativos, era muito querido pela população de Foz e muito colaborou para o desenvolvimento e progresso da cidade.

#### REQUERIMENTO Nº 2020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Thereza de Jesus Sotomaior Maruska, genitora da funcionária Eliza Sotomario Maruska Sotto Maior, da Diretoria Legislativa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à obstetra Dra. Késia Albuquerque e ao Dr. Sérgio Duarte, que efetuaram a primeira retirada de células-tronco em Maringá.

O casal de advogados Léo Márcio Bona, 39 anos e Olga Tereza de Muzio Gripp Bona, 32 anos, foram pioneiros ao procurar os serviços dos dois médicos para a coleta de célula-tronco durante o nascimento de Isabela de Muzio Gripp Bona, que nasceu na Santa Casa de Maringá.

O material foi enviado ao Banco de Sangue de Cordão Umbilical Criogênese, em São Paulo, onde será feita a separação das células-tronco.

A idéia de conservar as células surgiu porque o casal tem parentes com Alzheimer e Parkinson. Com a evolução da ciência, o casal espera poder evitar a tristeza de ver um ente querido com essas doenças.

Caso Isabela precise usar as células-tronco que foram retiradas de seu cordão umbilical, o organismo não apresentará rejeição. O caso também beneficia parentes com um percentual de compatibilidade de 25%.

O médico retira entre 70 a 120 ml de sangue do cordão umbilical. As células são separadas dos glóbulos vermelhos e placenta e congeladas em nitrogênio a aproximadamente 190°C negativos.

As células-tronco são neutras e ainda não apresentam características, podendo se desenvolver em qualquer parte do corpo humano e recuperar tecidos com problemas. Há estudos e pesquisas na utilização de célula-tronco em mais de 70 doenças, entre elas leucemia, Alzheimer, mal de Parkinson, anemia genética, doenças cardíacas e degenerativas.<sup>1</sup>

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro de 2004, de seus 48 anos de emancipação política.

---

1.Fonte: Gazeta do Povo, 20 de novembro de 2004, página 17.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Fiori Antonio Tessaro, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Arlindo José Flores, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Vivemos num mundo onde idéias, ao invés de commodities ou produtos, determinam a força econômica do Município. As economias mais dinâmicas da atualidade são centros de criatividade e inovação, onde novos negócios e indústrias são construídas em cima de idéias e de tecnologias dificilmente cabíveis, sempre com a supervisão direta do Prefeito e dos Vereadores.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade do Município de São Carlos do Ivaí é que o Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para a consolidação dos objetivos programados.

A aliança entre planejamento e reconhecimento ao desenvolvimento do Município está sendo implantada com harmonia excelente entre o Prefeito e os Vereadores.

Ao contentamento de toda a população de São Carlos do Ivaí, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, nesta significativa data da comemoração de seus 48 anos de emancipação política, formulando votos de um futuro promissor para orgulho de sua gente trabalhadora.

#### REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista Aparecida, pela passagem, no próximo dia 22 de dezembro de 2004, de seus 21 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Heinrichs, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Oldino José Vígano, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 22 de dezembro de 2004, marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política de Boa Vista da Aparecida. Uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio ou agricultura, pois seu povo é trabalhador e tem sede de progresso.

Sua população sempre voltada para o futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a região, graças às suas riquezas naturais. Boa Vista da Aparecida, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, conta hoje com extraordinário surto de progresso.

Portanto, Boa Vista da Aparecida pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Com todo o respeito que as autoridades e o povo de Boa Vista da Aparecida são merecedores, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 2015

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aroldo Faria e Dione Teixeira dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de louvor à Associação Brasileira de Revisão de Aposentadoria - ABRRA, sociedade civil com sede em Curitiba, que tem por finalidade promover a defesa dos aposentados e pensionistas, de acordo com as normas do Código de Defesa e Proteção do consumidor.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Ilmo. Sr. Luiz Carlos Schneider, Mui Digno Presidente da ABRRA, à Rua Padre Anchieta, 1691, Conjunto 1807, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Revisão de Aposentadoria - ABRRA, tem prestado, desde sua fundação em 2002, relevantes serviços ao País. Neste período atendeu diretamente mais de 35 mil aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), promovendo a revisão dos benefícios previdenciários e a restituição de valores devidos pelo INSS. A Associação também realizou serviços técnicos para outros 30 mil aposentados/pensionistas, tratando dos cálculos técnicos para efeito de revisão. Como sociedade civil, a ABRRA é reconhecida pela população como entidade de resguardo, proteção e instrução dos aposentados e pensionistas, assim como daquelas pessoas que necessitam de pareceres, defesa e recursos administrativos e judiciais. Com seu trabalho, a Associação promoveu o esclarecimento da população e da mídia em geral, no sentido de orientar os cidadãos sobre seus direitos e deveres, prestando inclusive acompanhamento processual gratuito aos seus associados.

Um fato importante e que merece destaque é que a ABRRA foi pioneira em buscar e estabelecer uma tese judicial beneficiando os aposentados do INSS, uma vez que se não houvesse essa iniciativa eles continuariam sendo prejudicados. Outro fator positivo que se deve às atividades da Associação foi justamente chamar a atenção dos aposentados para que buscasse seus direitos na Justiça. Certamente a atuação da Associação contribuiu para que o Governo propusesse um acordo geral para revisão dos benefícios, fator esse que beneficiou outros milhares de aposentados em todo o Brasil.

Em razão desses motivos, consideramos justo e oportuno que a Assembléia Legislativa outorgue um voto de louvor a esta entidade, que de certa forma tem também contribuído para o resgate da auto-estima dos aposentados e pensionistas, por meio de um trabalho de caráter social e de utilidade pública.

#### REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e ao Diretor-Presidente do TECPAR, para que forneçam as seguinte informações:

1) O Estado do Paraná tem mantido algum tipo de convênio ou acordo através de SETI ou CITPAR ou outra entidade vinculada à SETI com o CITPAR?

2) Se mantém, indicar com cópias de documentos de convênios, acordos e outros.

3) O Estado tem repassado recursos financeiro para o CITPAR? Em caso positivo indicar os valores, a destinação dos mesmos e o fundamento legal.

4) O Estado é membro do CITPAR? Através de quais documentos e fundamentos legais?

5) As atividades do CITPAR, em caso positivo nas hipóteses 1, 2, 3 não poderiam ser desenvolvidas pelas

Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa do Estado do Paraná?

6) O TECPAR tem contratado serviços de advocacia? Em caso positivo indicar os escritórios contratados e os valores e a forma de contratação. Indicar as razões pela quais a advocacia e a Procuradoria do Estado não desenvolvem tais ações e atividades.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando a implantação do Curso Técnico Comercial Mercadológico na Escola Estadual Tiradentes.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando manifestação de irrestrito apoio e solidariedade quanto a manutenção do Ensino Médio no Colégio Estadual Presidente Vargas, localizado no distrito de Santa Margarida, no Município e Comarca de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da COPEL, Exmo. Sr. Paulo Pimentel, solicitando desconto de 50% na fatura de energia elétrica do Hospital Cristo Rei de Iporã.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente aos Líderes Partidários do Congresso Nacional, manifestando posição contrária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à aprovação do Projeto de Lei nº 1756/2003, de autoria do Deputado Federal João Mattos, que propõe mudanças na Lei Nacional de Adoção de Crianças e Adolescentes.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(a) ANDRÉ VARGAS

#### JUSTIFICATIVA:

A legislação atual sobre adoção é suficiente para assegurar o direito das crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário, ensejando a efetivação do ECA.

Esse Projeto de Lei nº 1756/2003 propõe como um “direito da criança”, subvertendo o princípio constitucional do direito da criança e do adolescente à convivência familiar dentro do seio de sua família biológica, colocando a adoção como política pública para resolver a questão do abrigo, dando clara preferência à convivência em família substituta por adoção, atingindo as famílias de menor capacidade econômica ou intelectual; cria incentivos tributários, fiscais e trabalhistas para quem adota crianças e adolescentes com necessidades especiais, negando tais vantagens às famílias biológicas, em flagrante ofensa à isonomia constitucional entre os filhos biológicos e por adoção.

#### REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente sessão Plenária, a postergação e prorrogação da validade de todos os convênios da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, referentes à construção, liberação e contratação de serviços, obras e equipamentos pertinentes ao período de 1998/2004, de todos os municípios de nosso Estado.

Saliento que muitos desses convênios não foram concluídos por falta de repasse de recursos da Secretaria do Trabalho aos Municípios e outros por falta também de contrapartida. Como o prazo desses convênios prescreve-se em 2004, necessitamos desta alteração imediata para que o Governo do Estado e os Municípios, que seriam beneficiados com estas obras e equipamentos não venham a ser prejudicados.

Pelo acima exposto e pela importância da informação, esperamos contar com o devido apoio de nossos Pares, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REITERAM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, os termos dos requerimentos que solicitaram, em dezembro de 2003 e abril de 2004, o encaminhamento de cópia do Termo Aditivo formalizado após o acordo firmado em 2003, entre o Governo do Estado e as concessionárias Caminhos do Paraná e Rodovia das Cataratas, para redução das tarifas de pedágio em 30% e proporcional redução de investimentos pelas empresas.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, WALDYR LEITE e FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que se encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado do Paraná, para que o Estado do Paraná se manifeste formalmente nos autos de demarcação de área indígena, na localidade de Boa Vista/Passo Liso, no Município de Laranjeiras do Sul, em tramitação junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Processo FUNAI/BSB nº 1948/2004), tendo em vista que o Estado do Paraná expediu títulos de terras na referida área; bem como responda a esta Casa Legislativa a posição oficial do Executivo Estadual sobre a matéria, inclusive as ações possíveis por parte do Estado para a solução de conflitos de interesse existentes na questão, inclusive eventuais obrigações de indenização.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(aa) ELTON CARLOS WELTER

Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário da ALEP  
MARCOS ISFER

Presidente da Comissão de Terras,  
Imigração e Colonização da ALEP

#### REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente:

REQUER ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, que se encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para que o mesmo tome conhecimento sobre a real situação da área na localidade de Boa Vista/Passo Liso, no Município de Laranjeiras do Sul-PR, que envolve o processo FUNAI/BSB nº 1948/2004, que propõe a demarcação da mesma como área indígena, conforme relatório a ser elaborado por uma Comissão formado em audiência pública realizada, no plenarinho desta Casa, na manhã do dia de hoje. No referido documento constará a real quantificação dos ocupantes da área, tendo em vista divergência existente com o Relatório Circunstanciado, bem como sobre outras informações sobre a situação sócio-econômica atual, e questões culturais criadas nos últimos setenta anos.

Ainda seja solicitado, no mesmo ofício, resposta a esta Casa Legislativa, sobre as consequências, como reassentamentos e/ou indenizações, aos ocupantes, inclusive os detentores de títulos de terras expedidos pelo Estado do Paraná, da referida área, em caso de efetivação da referida demarcação de terras indígenas.

Sala das Sessões, em 22.11.2004

(aa) ELTON CARLOS WELTER

Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário da ALEP  
MARCOS ISFER

Presidente da Comissão de Terras,

## Imigração e Colonização da ALEP

## R E S O L V E :

## REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurídes Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, para que seja solicitado à Companhia Paranaense de Energia - COPEL a possibilidade de prorrogação do prazo de vencimento da fatura de energia elétrica (enquanto for necessário) dos moradores da região litorânea, (principalmente os que residem nas regiões insulanas), que dependem da atividade pesqueira, extração de mariscos, ostras, siris, caranguejo, enfim, tudo que estiver relacionado como forma de sustento.

A medida torna-se necessária, pois, toda e qualquer atividade pesqueira na região, está proibida até que sejam resolvidos os problemas do desastre ambiental ocasionado pela explosão do navio chileno Vicuña, em Paranaguá.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurídes Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, para que seja solicitado à Companhia de Saneamento Básico do Paraná - SANEPAR, a possibilidade de prorrogação do prazo de vencimento da fatura de água (enquanto for necessário) dos moradores dos Municípios de Guaraqueçaba e Pontal do Paraná, que dependem da atividade pesqueira, extração de mariscos, ostras, siris, caranguejo, enfim, tudo que estiver relacionado como forma de sustento.

A medida torna-se necessária, pois, toda e qualquer atividade pesqueira na região, está proibida até que sejam resolvidos os problemas do desastre ambiental ocasionados pela explosão do navio chileno Vicuña, em Paranaguá.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

**Projeto de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Art. 1º - Fica instituído o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a cinco mulheres que, no âmbito do Estado, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero.

Art. 2º - A concessão da homenagem a que se refere o artigo 1º poderá ser proposta por qualquer entidade, governamental ou não-governamental, que, no Estado, desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher.

§ 1º - Cada entidade poderá indicar anualmente, até 1º de novembro, um nome de candidata ao Diploma.

§ 2º - A indicação deverá ser instruída com justificativa da concessão da homenagem, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* da mulher a ser agraciada com a honraria, até 1º de novembro de cada ano.

Art. 3º - O Diploma de que trata esta Resolução será entregue anualmente, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, em solenidade realizada na Assembléia Legislativa do Estado.

Parágrafo Único - Por deliberação do Plenário, a solenidade poderá ser realizada em outro local.

Art. 4º - Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas, fica instituído o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, composto por um representante de cada partido político com assento na Assembléia Legislativa.

§ 1º - O Conselho escolherá anualmente, dentre seus integrantes, seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

§ 2º - O Conselho enviará à Mesa Executiva, em tempo hábil para os preparativos da solenidade de que trata o artigo anterior, os nomes das cinco agraciadas.

Art. 5º - Excepcionalmente, para possibilitar a entrega do Diploma durante as comemorações alusivas ao Dia da Mulher em 2005, as indicações poderão ser feitas até 1º de fevereiro desse ano.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ELZA CORREIA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto acompanha iniciativa do Senado Federal e da Câmara Federal que instituíram, no âmbito daquelas Casas Legislativas, o Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutz e Carlota Pereira de Queirós, por meio das Resoluções nºs 02/2001 e 03/2003, respectivamente.

O propósito dessa iniciativa é homenagear mulheres que, com seu trabalho exemplar, permitem a vivência da cidadania e a defesa dos direitos da mulher como

peessoa. Objetiva, também, incentivar e apoiar ações que visem ao aperfeiçoamento das questões de gênero.

O nome da médica pediatra e sanitarista Zilda Arns foi escolhido para denominar o Diploma Mulher-Cidadã em reconhecimento ao seu inestimável trabalho como fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, que realiza trabalho de assistência e atendimento básico nas áreas de saúde pública, nutrição e educação.

Zilda Arns nasceu em Forquilha, Santa Catarina. Em 1959, formou-se pela Universidade Federal do Paraná. De 1955 a 1964, foi pediatra do Hospital de Crianças Cezar Pernetta, em Curitiba. Depois, como diretora da Associação Filantrópica Saza Lattes, organizou postos de saúde materno-infantil e clube de mães e treinou alunas de magistério e médicos residentes. Ocupou o cargo até 1978, e de 1967 a 1974, acumulou com ele a função de Chefe da Divisão de Proteção Social do Departamento da Criança da Secretaria de Saúde Pública do Paraná. Nesse período, Zilda Arns se especializou em Pediatria Social e Saúde Pública.

Em 1979, coordenou o Ano Internacional da Criança no Paraná, com apoio do UNICEF e do Ministério da Saúde. No ano seguinte, durante a primeira epidemia de poliomielite no Estado, coordenou a campanha de vacinação Sabin. Por dois anos, foi diretora do Departamento de Saúde Materno-Infantil do Paraná e coordenou o programa de saúde escolar.

Em 1983, foi convidada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pela UNICEF para realizar um trabalho pela sobrevivência infantil, tornando-se fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, atividade que realiza até a presente data.

Assim, a instituição do Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns é também uma homenagem a essa valorosa mulher, que dedicou sua vida profissional à saúde da criança, tema de fundamental importância para todas as mulheres.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 427/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá - UMAMP, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito à Rua Lucinda Rodrigues Campos, 437 - Parque São João.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A União das Associações de Moradores de Paranaguá, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, político-partidário, sem discriminação religiosa ou racial, autônoma em suas decisões.

As principais ações da União das Associações de Moradores de Paranaguá é atuar na defesa de melhores condições de vida para com as entidades filiadas (Associações de Moradores do Município de Paranaguá), promovendo palestras, debates, seminários, encontros e outras iniciativas, organizar as comunidades e associações e fazer com que seja dado toda infra-estrutura necessária para o bom convívio dos habitantes, desenvolvendo estudos no campo habitacional, quanto ao nível de qualidade de vida, oferecendo sugestões de melhorias por intermédio de reivindicações, viabilizando a organização da população quanto a atividades que visem os interesses comuns, nos bairros e suas associações.

Participará ativa e decisivamente junto a FAMOPAR (Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná) e CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), divulgando, através dos meios adequados, as decisões tomadas em assembléia geral e congressos, promovidos por essa União Municipal.

A União Municipal, terá personalidade distinta de suas entidades filiadas (Associações de Moradores do Município de Paranaguá), as quais não responderão pelos compromissos por elas assumidos.

PROJETO DE LEI Nº 428/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Parque Agari I, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, sito à Rua Roma, 157 - Parque Agari.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Com denominação de Associação de Moradores do Parque Agari I, sob a forma de Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, é organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários.

Tem como objetivo congrega os moradores do Parque Agari I, em torno de seus problemas fundamentais e buscar soluções para tal, promovendo desenvolvimento comunitário, proporcionando condições habitacionais adequadas, selando pela sua conservação e manutenção de sua infra-estrutura urbana, estudar as condições sociais às comunidades, reivindicar junto aos órgãos públicos, melhorias ou reparos referentes a urban-



ização, planejar e promover o atendimento às necessidades da população nas áreas de educação, saúde, lazer, transporte, comunicação e segurança orientando os associados nos serviços que visam melhorias em suas unidades habitacionais, colaborar com os órgãos públicos ou privados responsáveis pelo serviço de infra-estrutura urbana, promover os meios ou recursos que visem à realização dos interesses da população.

A Associação de Moradores, para a execução de desenvolvimento de suas atividades, poderá contratar serviços e assistências necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

**PROJETO DE LEI Nº 429/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - As comunicações oficiais de campanhas, programas, informes, publicidades e atos da administração direta e indireta do Estado, difundidas pela televisão, deverão conter subtítulo e terão tradução simultânea para Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, afim de assegurar a sua compreensão pelos portadores de deficiência auditiva, em consonância com o disposto no artigo 19 da Lei Federal nº 10098/2000.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, se aprovado, significará, certamente, uma eficiente norma legal, capaz de promover a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência auditiva, bem como atender às normas legais proposta pela Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

**PROJETO DE LEI Nº 430/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Passagem Bem-Me-Quer, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) ARLETE CARAMÊS

**JUSTIFICATIVA:**

A Entidade Casa de Passagem Bem-Me-Quer, sem fins lucrativos, trabalha no abrigo temporário a crianças de 0 a 12 anos incompletos, em situação de risco pessoal, social e familiar, bem como prestar serviços de apoio à assistência familiar com ênfase em crianças e adolescentes.

Assim, pela importância do trabalho realizado, apresenta-se o presente projeto de lei, a fim de declarar de Utilidade Pública, a Casa de Passagem Bem-Me-Quer.

**PROJETO DE LEI Nº 431/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Atleta do Amanhã, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Atleta do Amanhã, com sede no Município de Paranavaí, entidade sem fins lucrativos, tem como objetivo a prática de esporte amador, futebol de campo e reuniões de caráter recreativo social, direcionado principalmente ao menor carente e abandonado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 432/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Protetora dos Animais de Paranavaí, tem como objetivo a prestação de assistência, atendimento e fiscalização a maus tratos de animais de pequeno, médio e grande portes à comunidade de Paranavaí e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 433/2004**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica, por esta lei, autorizado ao Poder Executivo Estadual, fornecer leite em pó para crianças nascidas de mães portadoras do vírus HIV e de mães doentes de AIDS.

Parágrafo Único - O fornecimento estabelecido neste artigo ocorrerá, no mínimo, durante os dois primeiros anos de vida dos bebês.

Art. 2º - A concessão do benefício previsto nesta lei, será feita às mães comprovadamente carentes, desprovidas de recursos financeiros para aquisição normal desse alimento básico.

Art. 3º - Os recursos para as despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias, suplementares se necessário, e constarão dos orçamentos estaduais dos anos subsequentes.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado, desde já, a baixar decreto, caso necessário, para execução desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

Apesar da epidemia de AIDS estar sendo registrada no Brasil há cerca de 20 anos, e do significativo número de casos de crianças nascidas de mães com HIV, ainda são poucas as ações adotadas para prevenir a transmissão materno-infantil do vírus.

Sabe-se, por informações médicas, que medidas como a quimioprofilaxia durante a gravidez e o parto contribuem para reduzir o risco de transmissão.

Outra recomendação, para evitar o risco de transmissão da infecção para a criança, é que as mães portadoras de vírus não amamentem seus filhos, praticamente durante os dois primeiros anos de vida dos bebês, só que as mães pobres e doentes muitas vezes não possuem recursos financeiros para aquisição do leite em pó.

Uma das soluções, para minimizar o grave problema em nosso Município, seria o Poder Público fornecer referido alimento básico às crianças nascidas de mães portadoras do vírus HIV e de mães doentes de AIDS durante os primeiros meses de vida das crianças.

**PROJETO DE LEI Nº 434/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas ("Sim à Vida, Não às Drogas"), conforme dis-

posto no artigo 101, inciso VI, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º - O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas ("Sim à Vida, Não às Drogas") abrange internação emergencial, para casos agudos de overdose e síndrome de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação e apoio psicológico às famílias e ações de prevenção.

Art. 3º - O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas ("Sim à Vida, Não às Drogas") será realizada em conformidade com as diretrizes gerais definidas pelos Conselhos Estaduais que tratam dos Diretores da Criança e do Adolescente, e vinculado a órgão estadual responsável pela saúde que desenvolverá, através de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados, seus trabalhos.

Art. 4º - O Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas ("Sim à Vida, Não às Drogas") obedece aos preceitos de descentralização administrativa, e será realizada em conjunto com os Municípios interessados.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentais próprias.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei em 90 (noventa) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2004.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

A questão do consumo de drogas entre crianças e adolescentes assume proporções cada vez mais alarmantes, caracterizando-se como uma verdadeira epidemia, principalmente nas periferias das grandes e médias cidades.

Levantamento feito por institutos de pesquisas e por especialistas apontam que o consumo de drogas já ultrapassou as fronteiras geográficas, econômicas e sociais, estando diretamente relacionado ao aumento de atos infracionais análogos aos crimes cometidos por crianças e jovens, bem como pelo agenciamento de menores pelo crime organizado. Entretanto, os dados sobre o consumo de drogas entre crianças e adolescentes mostram que a questão ainda é vista apenas do ponto de vista do delito, refletindo uma cultura que continua a encarar a droga como um problema de polícia, a ser reprimido, e não de

saúde pública e especialmente de saúde mental, a ser tratado.

O enfrentamento do consumo de drogas entre população infanto-juvenil passa necessariamente pela transformação de intervenções esparsas em políticas públicas consistentes, que contemplem a otimização da rede pública de saúde, a criação de programas de atendimento à organização em rede dos serviços de tratamento e prevenção psicológica e física, bem como a participação da comunidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no artigo 101, inciso VI, que trata das medidas específicas de proteção, a inclusão de crianças e adolescentes em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. Todavia, decorridos quase quinze anos de aprovação da Lei nº 8.069/90, os Conselhos Tutelares e serviços de atendimento a crianças e adolescentes, especialmente em situação de risco, ainda não contam com o tipo de programa necessário para dar enfrentamento a esta questão.

A política de repressão deve ser dirigida ao traficante, mas crianças e adolescentes que entram pelo caminho das drogas devem ser tratados e ter oportunidade de refazer suas vidas, resgatar seus potenciais e reconstruir seus sonhos de dignidade. Suas famílias devem ser orientadas e apoiadas para que possam dar o suporte necessário a este processo. E, para isto, precisam ser criados programas públicos que tenham como enfoque básico à recuperação da saúde física e mental desta população e que sejam universais, garantindo às crianças e aos adolescentes das camadas populares os mesmos direitos que têm as classes privilegiadas. Os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, famílias devem ser orientadas e apoiadas para que possam dar o suporte necessário a este processo.

E, para isto, precisam ser criados programas públicos que tenham como enfoque básico a recuperação da saúde física e mental desta população e que sejam universais, garantindo às crianças e aos adolescentes das camadas populares os mesmos direitos que têm as classes privilegiadas. Os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente são baseados em necessidade, que precisam ser satisfeitas para um desenvolvimento saudável e harmônico, para que as crianças e adolescentes possam se tornar efetivamente cidadãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A realidade do consumo de drogas, em especial a conhecida “cola de sapateiro”, solventes, a maconha e o crack, entre nossas crianças e jovens, responsáveis pelo desencadeamento de processo vicioso de violência, desnutrição e morte, aponta para a urgência e a indispensabilidade de um programa da ordem, do que é apresentado neste projeto de lei.

Por todo o exposto, espero aprovação deste projeto de lei por meus Pares, em prol da própria garantia da saúde pública, especialmente, da manutenção da saúde mental e da família em nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sra. Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários, imprensa, senhoras e senhores que nos visitam nesta tarde. Faço uso desta tribuna para posicionar-me a respeito de dois assuntos.

Primeiro, a Dra. Zilda Arns conhecida no Brasil e no mundo, com relação ao trabalho extraordinário que faz com as pastorais - da saúde especialmente - recebeu em Londrina, o título de Doutora *Honoris Causa* oferecido pela PUC. Já vimos elaborado nesta Casa, um projeto de resolução que vamos apresentar, Deputada Cida Borghetti, para tramitação nas comissões, que é instituindo o título de Mulher Cidadã no Paraná. Nós já temos de Mulher Cidadã no Brasil, que anualmente prestigia todas aquelas companheiras, de todos os cantos deste país, que se destacam em relação ao trabalho com a comunidade, seja do ponto de vista da saúde, dos direitos humanos, da não violência à mulher, a questão da cidadania. Enfim, todas aquelas ações que cooperam, que colaboram com a paz, com a justiça, com os direitos humanos. Uma Comissão elaborada destaca esses nomes e os Deputados Federais e o Congresso homenageiam essas mulheres.

Aqui no Paraná, nós tivemos a idéia de instituir esse prêmio dando o nome da Dra. Zilda Arns. Precisávamos apenas do consentimento dela, para que esse projeto de resolução pudesse caminhar. Ela aceitou e ficou extremamente honrada e satisfeita com a Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu disse que era extensivo não só às colegas Deputadas, mas tinha certeza que todos os colegas Deputados deveriam nos ajudar a aprovar esse projeto, porque é preciso estimular, agradecer e trabalhar na direção de destacar aquelas mulheres que no Estado do Paraná, vêm desenvolvendo ações quase anônimas para melhorar a qualidade de vida da população.

Evidentemente, que a questão da saúde e do bem-estar, das garantias constitucionais compete ao Estado, mas a sociedade civil tem dado uma demonstração ao longo dos anos no nosso país, envolvendo-se com essas ações positivas e tem ajudado os governos a minimizar a qualidade de vida da população.

Muito especialmente no Brasil existe ainda um número enorme de mulheres e crianças que não são incluídas nas políticas públicas com o recorte e a visão de gênero necessário para garantir os direitos humanos de todos.

A outra questão é que eu já vi, desde que eu assumi, aqui a Assembléia Legislativa, e o Deputado Barbosa Neto também tem freqüentemente falado, aqui na Assembléia, com relação à saúde na nossa cidade. O sufoco dos hospitais, a péssima qualidade de atenção que

existe, no modo geral no Estado, pelo sucateamento em que essas estruturas ficaram durante um bom tempo.

O Governador sinalizou e o Secretário Cláudio Xavier me ligou na sexta-feira, dizendo, Deputado Barbosa, que os hospitais zona sul, que hoje funcionam precarissimamente, temos conseguido melhorias, mesmo assim com muita dificuldade. Esses dois hospitais são do Estado, atendem uma população de aproximadamente 180, 160 mil habitantes, nessas duas regiões da Cidade de Londrina. E esses dois hospitais que atendem hoje, baixa complexidade, passariam a atender média complexidade.

Portanto, passariam de 40 leitos, para 100 leitos e, também reestruturando equipamentos para atender a população com dignidade.

Isso foi solicitado ao Secretário de Obras para que fizesse o projeto de entendimento. Evidentemente que uma transformação dessa natureza em dois dos grandes hospitais estatais atendendo média complexidade, não se dará do dia para a noite. Primeiro vamos fazer o projeto, verificar os recursos, onde o Governo alocaria esses recursos, como ele estaria buscando. Isso tudo nós estamos conversando com o Secretário Cláudio Xavier. Mas, de qualquer maneira, eu acho que é uma grande notícia, não só para Londrina, mas para toda a região e para as pessoas atendidas nesses dois hospitais do Estado, da região Norte e região Sul da cidade, que vi funcionando com extrema dificuldade por falta de investimentos, já ao longo desses oito anos passados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Inscrito o Deputado Durval Amaral, por 5 minutos.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproxima-se o mês de dezembro, aproxima-se o mês de reajuste tarifário previsto, entre o Governo do Estado e as concessionárias de pedágio do Estado do Paraná.

A Oposição tem denunciado incansavelmente os privilégios que o Governo do Estado tem dado principalmente a duas concessionárias do Estado do Paraná.

Privilégio por quê? No caso da rodovia, das concessionárias das Cataratas, o Governo do Estado, não só deu mais uma praça de pedágio a essa concessionária mais já prévio o termo contratual ou pré-contratual, entre o Governo do Estado e essa concessionária que a partir do dia 12 de dezembro, ela poderia passar a cobrar 35% a mais na sua principal praça de pedágio localizada próxima à praça de pedágio de Foz do Iguaçu.

O pior! Estipulou também que a concessionária ficava desobrigada de executar novos investimentos, tais como duplicação de rodovias e restauração de rodovias.

No caso da Caminhos do Paraná novamente o Governo tentando enganar a opinião pública diz à sociedade paranaense que conseguiu um desconto de 30%, no preço da tarifa do pedágio.

Entretanto, esse mesmo Governo que prometeu acabar com o pedágio no primeiro dia desse governo, não só dá um presente de mais de 720 milhões de reais à Concessionária Caminhos do Paraná, na medida exata de que se propôs o Governo a executar ele mesmo todos os novos investimentos de duplicação e restauração dessa rodovia. Mas, esse Governo criou uma nova praça de pedágio, próximo à Lapa.

Pasmem Srs. Deputados, notícias de jornal desse final de semana: As concessionárias que ganharam já o benefício ou o privilégio de terem uma nova praça de pedágio estão propondo reajustes no pedágio num valor mínimo que varia de 28 a 45% de aumento. E agora José, como é que fica a situação do povo do Paraná que enganado no processo eleitoral diante de uma mentira de que o governo acabaria com o pedágio no primeiro dia dessa Administração, ou, no mínimo, reduziria substancialmente o pedágio. A Oposição tem denunciado com veemência que todas as medidas do governo do Estado com relação ao pedágio são demagógicas, são medidas protelatórias que não têm sustentação.

O Governo perdeu todas as demandas que propôs até agora com relação ao pedágio, porque não tem ele, o Governo, a intenção de verdadeiramente acabar com o pedágio no Estado do Paraná e não tem por quê? Porque sabe que o pedágio infelizmente acaba sendo um mal necessário para o Estado do Paraná. Como assim? As rodovias não pedagiadas estão detonadas, o Governo não tem recursos para investir, para restaurar, para recapar e o pequeno produtor e o produtor rural e as pessoas que dependem da malha viária do Estado não pedagiada gastam muito mais para manter as suas frotas ou para escoar a produção rural, do que se efetivamente pagasse o pedágio.

Por que é que o governo não age? Porque o governo não tem mecanismos, porque tenho aqui em mãos, um estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná que evidencia como o Governo não trata com seriedade a questão do pedágio e evidencia como o Governo não se propôs a estudar, quando a Oposição denunciava, resultado inclusive, da própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Um minuto para concluir, Deputado.

O SR. DURVAL AMARAL

Um minuto para concluir, Srs. Presidente. Resultado da CPI do Pedágio, quando denunciávamos que efetivamente a encampação não seria o método correto para que o governo pudesse pôr fim ao pedágio, a maioria desta Casa quis, como de fato votou a encampação e nós demos autorização, a Assembléia deu a prerrogativa para que o Governo encampasse as rodovias pedagiadas, mas lá atrás nós denunciávamos que o Governo não conseguiria fazê-lo, porque este não era o instrumento correto, não só não fez como perdeu na Justiça e depois veio o próprio Procurador Geral do

Estado dizendo que a encampação não seria o instrumento correto, mas não pára aí a demagogia deste Governo.

O órgão responsável pela fiscalização das concessionárias por parte do Governo do Estado, não cumpre o seu papel com eficiência e não cumpre porque o Governo não tem o interesse de acabar com o pedágio no Paraná.

O relatório feito pelo TC do Estado do Paraná, através da sua 1ª Inspetoria de Controle Externo, aponta que o DER não está cumprindo com as suas funções de fiscalizar as concessionárias de rodovias pedagiadas. Segundo o Tribunal, há uma série de irregularidades, como o fato de o DER não ter nenhum sistema de acompanhamento permanente das taxas internas de retorno, obtidas pelas concessionárias. Taxas internas de retorno vêm a ser a remuneração pelo investimento realizado ou, mais popularmente, a margem de lucro obtida pelas concessionárias do pedágio, essa taxa que mostra com clareza, se há ou não desequilíbrio econômico e financeiro no contrato de concessão.

O Tribunal de Contas afirma que o DER não monitora rotineiramente as taxas internas de retorno, obtidas pelas concessionárias. A última vez em que isso ocorreu foi no ano de 2001, portanto, no governo anterior, quando se constatou que a margem de lucro estava em média 50% acima dos índices projetados nos casos dos lotes 1 e 2. Não há sequer contagem de tráfego nas rodovias pedagiadas, o que pode determinar a evolução das receitas das concessionárias, independente do reajuste das tarifas - é claro que, se o Governo tivesse a intenção de pôr fim ao pedágio. O DER ainda é acusado pelo Tribunal de Contas de não usar nem mesmo o balanço das concessionárias para monitorar a margem de lucro. Da mesma forma o Tribunal de Contas comprovou no final do primeiro quadrimestre de 2004, que o DER não usa o seu direito de livre acesso a todas as informações contábeis e as instalações das concessionárias para realizar a fiscalização dos contratos.

Assim, o DER ignora as informações corretas e privilegiadas quanto a execução contratual. Prefere o discurso fácil que manipule informações, distorce fatos e engana os paranaenses. Também falta padronização nas contas das concessionárias, o que dificulta a comparação de custos e procedimentos semelhantes. O DER não tem informações sobre o fluxo de caixa de cinco das seis concessionárias, conforme o relatório do Tribunal de Contas. Cabe ao DER solicitar às concessionárias a criação de um plano de contas comum e uniformização na elaboração e publicação das demonstrações contábeis.

Diz ainda o relatório do Tribunal de Contas: a falta de avaliação contábil dos contratos privilegia as concessionárias, tornando-as detentoras únicas das informações financeiras, invertendo o poder de controle da situação. Fazendo com que as empresas que contam com a estrutura administrativa e financeira satisfatórias tomem decisões gerenciais tempestivas e dinâmicas para proteger seus direitos, em detrimento dos direitos dos usuários

que deveriam estar mais bem amparados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização.

A lista de regularidades é extensa e por que é que o DER, por que é que a Secretaria dos Transportes não age. Porque prefere o discurso fácil, eleitoral, o discurso demagógico, ao invés de tomar atitudes jurídicas concretas, atitudes administrativas concretas de fiscalizar e de fazer com que os contratos viessem efetivamente a ser cumpridos, preservando o patrimônio maior da sociedade paranaense. Com aparte o Deputado Ademar Traiano.

### **O Sr. Ademar Traiano**

O senhor trata de um assunto super importante para o Estado e até fruto de discussão ampla nesta Casa, com CPI. Um tema que realmente envolveu a participação de todos os Parlamentares nesta Casa e conhece muito bem esse tema V. Exa., e tenho certeza absoluta que traz à Casa, além de um pronunciamento bastante valioso, traz preocupação com relação ao futuro das estradas paranaenses. Quero somar-me ao seu pronunciamento e fazer uma consideração também, além dos reajustes já pré-estabelecidos por esse Governo às empresas e concessionárias do setor de transportes, das rodovias pedagiadas no Paraná, o Governo do Paraná dá mais um benefício como muito bem V. Exa. já teve a oportunidade de frisar que é a extinção de qualquer compromisso de continuidade de obras nessas rodovias pedagiadas. Portanto, deu um presente de Natal às empresas de pedágio do Paraná.

Quero apenas fazer aqui um comentário: há uma rodovia que considero essencial para a vida da gente do Oeste do Paraná, e porque não dizer para todo o Brasil, porque Foz do Iguaçu é uma cidade referência no campo turístico, a nível nacional e previa-se a duplicação de estradas de Foz do Iguaçu a Cascavel e lamentavelmente esta obra está definitivamente soterrada sem nenhuma preocupação desse Governo. Já havia mobilização da gente do Oeste do Paraná, dos empresários do Oeste, buscando uma alternativa para que o governo pudesse continuar e não há nenhuma preocupação do governo do Paraná em atender a gente do Oeste do Paraná.

Quero somar-me ao seu pronunciamento e aproveitar para fazer este comentário, porque considero essa rodovia de vital importância para os paranaenses. Foz do Iguaçu é um celeiro de divisas para a economia do Estado do Paraná. Portanto, não pode ficar à mercê da vontade do Governador do Estado, sacrificando uma região em potencial turístico e econômico, em detrimento da vontade do Governador. Parabéns pelo seu pronunciamento.

### **O SR. DURVAL AMARAL**

Deixo de dar o aparte ao Deputado Valdir Rossoni em função do tempo. Mas, quero dizer o seguinte: o Tribunal de Contas também analisou os dois ajustes feitos pelo DER com a “Caminhos do Paraná” e a Rodovia das

Cataratas. Fulminou os dois, dizendo que os contratos originais eram efetivamente melhor para o Estado do Paraná, que os acordos feitos, que desobrigam, ou melhor, a concessionária de fazer investimentos, vai gerar um passivo para o Estado do Paraná e que este equilíbrio econômico e financeiro deve ser feito.

Vai além, ainda, o Tribunal de Contas, dizendo que os termos e aditivos de ajustes já deveriam ter sido celebrados e encaminhados ao Tribunal de Contas. Aqui na Assembléia Legislativa, a Oposição já cobrou diversas vezes esses termos e ajustes ou esses termos aditivos. Por pedidos de informações, por denúncias, e até agora o DER não encaminhou à Assembléia Legislativa. Razão pela qual, Sr. Presidente, estamos querendo ver e estamos encaminhando, novamente, a solicitação e o pedido de informações, para que esse termo aditivo seja encaminhado à Assembléia Legislativa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer o registro, está em nossa Casa o Prefeito de Clevelândia, o Vice-Prefeito; o Prefeito e o Vice-Prefeito de União da Vitória. A Casa saúda os Prefeitos visitantes!

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sejam muito bem vindos os Prefeitos que têm a tarefa de administrar esses municípios no próximo período.

Com a palavra, o Deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vi o Deputado Durval Amaral falando do pedágio. Tenho ido ao litoral e, sinceramente, como Deputado e como paranaense, sinto-me constrangido em pagar oito reais para ir e oito reais para voltar, sendo que nem acostamento adequado há. É uma “tomatina” oficial. Como dizia o outro, é uma “grande vergonha”.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para fazer um relato da Comissão de Fiscalização no dia de hoje. A Comissão ouviu o ex-Presidente da Fundação COPEL 2003 e o ex-Diretor Financeiro. Tendo em vista que o atual Presidente da Fundação COPEL e o atual Diretor de Finanças da Fundação COPEL alegaram outro compromisso e aqui não compareceram. Mas, temos recebido diversas informações e gostaríamos que a atual gestão da Fundação COPEL confirmasse se efetivamente tem de aplicação, no Banco Santos, 166 milhões e 945 mil vírgula 49 centavos. Fundo de renda fixa, 110 milhões e 578 mil, mais 377, 49. São diversas aplicações de títulos: CDB's pré-fixadas e pós-fixadas, num total que gera em torno de cento e sessenta como eu já disse. Também chegou ao nosso conhecimento uma informação que o Banco Panamericano teria noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e nove vírgula quarenta e sete.

E há uma consideração de alguém, certamente da COPEL, ou da Fundação, que escreveu, para os certificados de depósito bancário com taxa pré-fixada é possível resgate antecipado, mas geralmente a recompensa pela instituição emissora é feita pela taxa de mercado, ou aquela que emitir, se dispuser a pagar, podendo ser diferente da negociada quando da aplicação.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se há efetivamente cento e sessenta milhões, ou cento e sessenta e seis milhões da Fundação COPEL sobre a custódia do Banco Santos, fica uma indagação se a Fundação pode reaver esse dinheiro agora com a intervenção, ou não. Mas notem os senhores que eu remeti uma carta ao Governo do Estado em nome da Comissão de Fiscalização em 17 de setembro de 2004, solicitando informações em qual instituição financeira são movimentados os recursos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, bem como a Fundação BANESTADO, 17 de setembro até hoje são mais de dois meses, não temos a informação que deveria estar aqui em cinco dias.

Há também uma outra questão que é preciso tornar público, a Fundação COPEL recebe, sim, recursos públicos da COPEL, conforme testemunhou hoje o ex-Presidente de 2003. Vejam o seguinte, o que diz o estatuto da COPEL: “A Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, instituída pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, por escritura lavrada no 2º Tabelião de Notas de Curitiba no livro 736, às folhas 1, 2 e 3 versam o seguinte, em data de 1º de dezembro de 1971, com a entidade fechada, de previdência complementar, sem fins lucrativos”. Então, diz aqui em todas as normas do estatuto da empresa patrocinadora, que é a COPEL - ela em todos os momentos - alguém para ocupar um cargo na Fundação, de direção, tem que ter tido dez anos de função dentro da COPEL, e na verdade não há o que questionar, não o que dizer se a Assembléia pode ou não fiscalizar a Fundação COPEL. Não só pode, como deve.

#### O Sr. Durval Amaral

V. Exa. me concede um aparte?

Muito obrigado, nobre Deputado Neivo Beraldin. Inicialmente quero cumprimentar V. Exa. pela postura firme, transparente e séria que sempre adotou na Assembléia Legislativa do Paraná, mas muito especialmente agora, como Presidente da Comissão de Fiscalização, acompanhando todos os atos do Poder Executivo, mesmo sendo um parlamentar em tese que pertença à Base do Governo, exerce o mandato e a presidência da Comissão de Fiscalização de uma maneira que é motivo de orgulho para todos nós Parlamentares, e digo isso a V. Exa. de coração. Para mim está muito claro: a direção da COPEL e da Fundação da COPEL cuidaram mal de recursos públicos, porque são recursos da sociedade paranaense.

V. Exa. já afirmou, com muita propriedade, que a COPEL recebe recursos públicos. Apesar de ser uma

empresa privada, a partir do momento em que recebe recursos públicos, pode e deve ser, sim, fiscalizada pelo Poder Legislativo.

É desrespeitoso para todos nós, Parlamentares a maneira com que a COPEL tem tratado esta Casa. Desrespeitoso por quê? V. Exa. já encaminhou, no dia 17 de setembro, solicitações sobre essas aplicações e até hoje não obteve resposta. Já faz alguns dias que a Liderança da Oposição pediu detalhadamente ao Governo do Estado, à COPEL e também à Fundação COPEL, informações por essas aplicações lesivas ao povo do Paraná e até agora não obtivemos resposta.

É inaceitável o descaso da direção da COPEL e da Fundação COPEL para com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Esse prejuízo dado ao povo do Paraná deve ser investigado pela Comissão de Fiscalização, como V. Exa. já vem investigando e pode ser inclusive, tema de uma possível CPI, porque podemos estar falando de prejuízo superiores a 200 milhões de reais.

É um escândalo nacional. Não ouvi e nem vi, gostaria de ter ouvido e visto, diretores sendo afastados, demitidos. Porque, por muito menos, prenderam pessoas ligadas à COPEL por atos praticados na administração passada. O mesmo rigor deveria existir. Quanto mais agora, porque esses atos aconteceram nesse governo.

Muito obrigado!

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço seu aparte Deputado Durval Amaral. Devemos prosseguir em frente no papel do legislador, que é fiscalizar o dinheiro público.

Ouvimos também a Presidente da Fundação SANEPAR que disse que 59 milhões de reais da fundação são geridos pelo Banco Santos. Temos o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, uma série de Bancos privados bem conceituados no Brasil, por que ir buscar o Banco Santos que ninguém conhece? Que possivelmente representa a possibilidade de um calote, tendo em vista que a empresa que fez a auditoria disse que os papéis são de alto e altíssimo risco. Porque que temos que defender os 10.500 funcionários da COPEL, porque é desse fundo que eles vão receber suas aposentadorias.

Veio também o Presidente da EMATER. Pasmem os senhores, também está junto com o Banco Santos. Os funcionários da EMATER perderam 3 milhões e 580 mil reais de imediato? Ou vão conseguir passar para outro fundo. Porque o Banco Santos tem que gerir as fundações da COPEL, da SANEPAR e da EMATER. Porque razão o Banco tem uma única sede. Qualquer investidor que aplica no mercado sabia que o Banco Santos estava em situação de risco.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Neivo, gostaria de parabenizá-lo pela condução de todas as questões inerentes à nossa comissão de fiscalização que tem tido um papel importante nesta Assembleia Legislativa.

Gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa. porque todas as pessoas nos perguntam: esse Banco não tem nenhuma agência no Paraná, ninguém conhece este Banco aqui no Estado e, de forma surpreendente, nós vemos aí que muitos recursos das nossas instituições foram parar nesse banco.

Além de saber qual a razão temos que saber quem mandou, quem determinou que o recurso fosse aplicado nesse dito Banco Santos. Então, V. Exa. teve uma reunião hoje de manhã, inclusive agradeço o convite porque nos convidou para participar, mas eu tinha um outro compromisso no Agrinho que, aliás, foi uma grande festa da educação e da produção do Estado do Paraná em Santa Felicidade, estava também presente o Presidente Hermas Brandão, mas queria saber se V. Exa. nessa reunião pela manhã já pôde perceber ou já ficou evidente ou já foi dito ou alguém, realmente, chegou a falar para comissão quem é que determinou que esses recursos fossem aplicados no Banco Santos.

De quem é a competência para determinar a aplicação dos recursos?

Era essa a minha intervenção e agradeço a deferência que V. Exa. me faz ao conceder esse breve aparte.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço as palavras do Deputado Augustinho Zucchi, mas esse é um mistério nacional. Se o Banco Santos for investigado a fundo há notícias que tem dinheiro da Itaipu Binacional, da Prefeitura de Londrina, da Prefeitura não sei de onde. Era um Banco que atraía dinheiro público e o Banco Central, agora, baixa uma norma que está na Folha de São Paulo diminuindo a obrigação de depósito compulsório aos Bancos, exatamente por que estamos diante de uma situação que, certamente, vai ganhar repercussão nacional e internacional porque pessoas do poder retiraram dinheiro porque tinham informações privilegiadas. Esse Banco tinha dinheiro de Prefeituras importantes, de fundos públicos importantes.

Então, é porque alguma coisa passa de errado por detrás de tudo isso.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sem usar as prerrogativas da Presidência da Mesa, queria não estando no Plenário esclarecer que a Prefeitura de Londrina não tem nenhum centavo no Banco Santos.

Com a palavra o Deputado Ademar Traiano por cinco minutos.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer nesta tarde, nesta tribuna, uma análise da conjuntura política nacional do Governo instalado neste país. (Lê):

“Longe do sentimento de rancor ou deslealdade acredito ser possível definir, ainda que de maneira provisória, os caminhos que o PT tem caminhado.

Referenciando Guimarães Rosa que dizia - “não importa o caminho o que importa é a caminhada” devo dizer que independentemente às circunstâncias a trajetória do PT mudou de rota. Não será necessário nenhuma análise científica nem o aprofundamento de uma análise conjuntural muito menos usar de critérios históricos e sociológicos para perceber que o PT já não é mais o mesmo.

Próximo da comemoração de dois anos de governança presidencial uso esta tribuna Parlamentar tendo a consciência de que ninguém mais do que o PT fez do Parlamento um ato de proselitismo político de suas convicções e meu objetivo não é a ironia mas posso perguntar com todo respeito onde estão as convicções políticas do Partido dos Trabalhadores?

Sem entrar nas questões de cunho ideológico ou programáticas devo constatar que o PT era outro. E como o PT era diferente. A título de curiosidade me pergunto: será que o PT deseja transformar-se em neoliberal? Vamos à constatação dos fatos:

Na oposição o PT via o Ministério Público servindo à causa democrática e a transparência. No Governo eles se tornaram uma ameaça à ordem democrática e aos direitos individuais e agora é preciso contê-los;

Na oposição o PT definia como crime declarações de renda omissas ou ambíguas. Agora no governo o criminoso se torna virtuoso e sua condenação mera intriga de adversários;

Na oposição o PT fazia defesa enfática da liberdade de imprensa e permanentemente recorria à Associação Brasileira da Imprensa. Agora no poder ensaia uma espécie de tribuna da inquisição para orientar, fiscalizar e punir a fala dos jornalistas. O Presidente da ABI veio a público e protestou: é uma medida inútil e perigosa à democracia.

Na oposição medida provisória era alternativa para FHC desrespeitar o Congresso e enfraquecer a democracia. Agora no poder o uso e abuso de medidas provisórias é porque a democracia tem pressa.

E a luta em defesa dos direitos humanos? E a questão da tortura? O Movimento Tortura Nunca Mais está decepcionado com o PT. O Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos pediu demissão.

E o MST? Na oposição iam dormir nas barracas à beira das estradas gritavam que ajudaram a construir o maior movimento social do Brasil incentivavam invasões como a melhor tática para produzir a Reforma Agrária com a visão messiânica e voluntarista de que o campo era um paraíso perdido e destruído pela mecanização. Agora no governo reforma agrária não se faz por decreto e nem

na marra. Até parece que foices reluzentes e enxadas virgens já não agradam mais o PT.

Na oposição o seu braço direito, a CUT, no dia primeiro de maio enchiam as praças para gritar contra o governo neoliberal de FHC que dava dinheiro aos banqueiros e ao FMI e não sobrava para aumentar o salário mínimo. Agora no governo eu pergunto, os petistas, muitos petistas perguntam, eleitores se questionam, trabalhadores se beliscam e querem saber agora para onde foi o dinheiro que era do salário mínimo? Quais as condições que impediram o aumento? Objetivas ou subjetivas?

### **(Passa a usar horário do PSDB)**

Então o PT mudou? Não o PT não mudou. Então o PT mudou a sua prática? Não. Será então que o PT se inspirou no poeta que disse “que só não muda quem se recusa a raciocinar?” Não. Então o que aconteceu com o PT? Será que o PT defende a tese de que a teoria na prática é diferente? Não. Mas o que então está a acontecer com o PT?

O PT agora é governo. Agora tem que governar. De estilingue passou a vidraça. Agora o estilingue mudou de mãos e espero que não seja usado da maneira que o PT o utilizou.

Tenho mais elogios do que críticas ao modo de governar do PT. Aliás são muitas as ações de FHC que o PT está dando continuidade.

Na condição de líder do PSDB nesta Casa com orgulho e responsabilidade não estou criticando, estou fazendo uma constatação.

Afinal o que aconteceu com o PT? O PT está a se defrontar com a música de Geraldo Vandré que entoia: “a certeza na frente e a história na mão. Caminhando e cantando e seguindo a canção apreendendo e ensinando uma nova lição”.

A realidade do poder é diferente e às vezes até oposta da verdade que defendemos e da realidade que enfrentamos e que temos de construí-la.

Desejo ao Lula, ao PT, sucesso na empreitada. Fico tranquilo por saber que o PT não implementará na prática questões que na teoria, nos discursos e nos ataques contra o PSDB e o governo de FHC, sustentava. Questões que o PT dizia ser só de vontade política.

Ora a vontade não cria circunstâncias, não estabelece diretrizes, não determina condições objetivas ou subjetivas, não emancipa o operariado. A vontade é uma condição para a luta não é a luta. A vontade não é parente da realidade. Só pode chegar a ser amiga.

O povo sabe das dificuldades da ação de governar, o povo sabe que milagres não acontecem; o povo, a rigor, acredita na democracia e quer mudanças. É claro que o povo não imaginava que o PT poderia mudar tanto.

O mundo mudou, muros caíram, ideologias são contestadas formas e regimes de governo discutidos mas, uma coisa permanece fundamental para todos os povos:



fortalecer a democracia. O PT é componente sólido nesta caminhada e por isso tem meu respeito e consideração.

O PT não traiu seu eleitor. O PT foi traído por uma realidade que defendia mas que não conhecia.

O professor Bernardo Kucinski, principal assessor do Ministro Gushiken diz que o governo do qual faz parte, “é causuístico. É um governo de pequenos acordos e transações. É um governo de táticas que não tem estratégias. O governo não cumpriu as promessas que fez. Ele mudou de rumo”. A fala do professor que é amigo e autor de livros sobre as campanhas e a trajetória de Lula lembra as acusações que o PT fazia contra FHC. Diz ainda o professor: “o Brasil trabalha para servir o capital financeiro e tem uma coisa mais específica: o momento mais dramático foi a discussão do aumento do salário mínimo porque aquela foi uma promessa específica de campanha muito concreta e na hora H deu para traz”, finalizou o professor.

Não me cabe entrar no mérito das divergências internas do PT.

Alguns nós que o PT prometeu desamarrar, apertou mais. Lá em Brasília, como aqui no Paraná, muitos nós ainda estão para ser desamarrados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Finalizando, acredito que com o PT aconteceu algo semelhante ao acontecido com o Lord Rochester quando disse: “Antigamente tinha seis teorias sobre o modo de educar crianças. Agora tenho seis filhos e nenhuma teoria.”

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No último dia 20 de novembro, nesse final de semana foi comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra. Nós, na condição de líder do Partido Democrático Trabalhista, nesta Casa de Leis, subimos na tribuna na tarde de hoje, para registrar aqui que o PDT foi o primeiro partido brasileiro a assumir de forma clara e formal, a defesa real das causas da população afro-descendentes, fazendo consignar, em 1979, no dia 17 de julho, uma questão preponderante no nosso plano de governo, na Carta de Lisboa, como um dos compromissos prioritários do PDT a defesa da população afro-descendente.

Mais tarde, já no primeiro Governo de Leonel Brizola, em 1986, o então Vice-Governador e Secretário da Cultura Darci Ribeiro transformou em realidade a proposta do monumento a Zumbi dos Palmares, que foi inaugurado naquele ano. E quase vinte anos depois o Partido Democrático Trabalhista continua com os mesmos compromissos e com a missão de ser o porta-voz legítimo dos negros e todos os marginalizados pela história oficial. E por isso, é nossa missão homenagear o grande Zumbi dos Palmares, diante desse monumento que nasceu nas

reuniões do movimento negro do PDT e foi inaugurado pelo Leonel Brizola e por Darci Ribeiro.

A grande novidade nacional no ano de 1983 foi a nomeação de três negros para o primeiro escalão do Governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, entre 82 e 86, inovando naquela oportunidade, saindo na frente dentro da defesa das minorias. O movimento negro do PDT, pioneiro na política partidária, é realidade e até hoje tem assento na Direção Nacional do Partido.

Nas eleições de 90, quando Leonel Brizola foi reeleito com mais de 70%, também foram eleitos dois Governadores de Estados diferentes no nosso País: Albuino (?) Azeredo no Espírito Santo e Alceu Colares, no Rio Grande do Sul. E nós, nesta tarde, subimos à tribuna também para demonstrar aqui a nossa indignação, principalmente em relação aos livros de história, que merecem ser reescritos, principalmente quando falam do grande Zumbi dos Palmares, que acabou sendo o grande mártir dessa luta em defesa dos afro-descendentes em nosso País.

Portanto, fazemos aqui uma lembrança real para que seja corrigida a nossa história, em que Zumbi dos Palmares, que é um dos grandes e verdadeiros heróis brasileiros, seja reverenciado e respeitado para que as próximas gerações reconheçam neste grande mártir a sua importância para o Movimento da Consciência Negra em nosso País. o Antônio Soares, que era um dos principais comandantes da tropa de Zumbi dos Palmares, foi morto no dia 20 de novembro de 1695, que é comemorada a data da Consciência Negra. A cabeça de Zumbi foi decapada e levada para o Recife e pendurada em um local público até sua total decomposição. Antonio Soares foi um traidor de Zumbi dos Palmares, porque delatou o local em que vivia o grande herói brasileiro, que deixou as Alagoas e que morreu precocemente, ma que deixou seu nome gravado definitivamente na memória do povo brasileiro.

Era esse o pronunciamento que nós do PDT gostaríamos de deixar na tarde de hoje e tenho orgulho de dizer que sou filho de uma mãe negra e que em minhas veias também corre o sangue negro, par orgulho de todos nós que somos, até hoje, vítimas do preconceito velado e que lamentavelmente ainda impera em um País como o nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Com a palavra, o Deputado Dobrandino da Silva.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestar a minha preocupação com o que vem ocorrendo lá no meu município, basicamente na fronteira, mais precisamente no município de Foz do Iguaçu com a Cidade de Leste, no Paraguai. Os últimos acontecimentos foram realmente muito preocupantes, a Ponte da

Amizade por quatro dias ficou fechada, protestos e mais protestos, protestos na BR-277. Ontem mesmo nós vimos pela televisão sacoleiros incendiando os ônibus presos pela Receita Federal, prejuízos se acumulam para a população dos dois países, ao da fronteira principalmente.

Isso traz uma preocupação, Sr. Presidente, muito grande. É preciso uma análise mais profunda do que vem ocorrendo. Por exemplo, vimos a preocupação do Governo Federal com relação às mercadorias que entram de forma contrabandeada do Paraguai, vindas não sei de onde; nós também não temos nada contra essa preocupação do Governo, e é claro que através dessas mercadorias contrabandeadas há denúncias e há, na verdade, a constatação que entra drogas, muitas vezes armas ilegais e que vão para os grandes centros. Isso é preciso, realmente, fiscalizar. Mas, imaginemos o seguinte: essa grande preocupação que o Governo tem com relação a mercadorias contrabandeadas tem que ser muito maior, nobres Deputados, em relação à situação de centenas e milhares de pessoas que trabalham passando essas mercadorias.

Vimos há poucos dias, Sr. Presidente, na cidade de V. Exa., cidade de Londrina, onde a Polícia Federal e Receita Federal recolhiam essas mercadorias, essas bugigangas que vêm do Paraguai, naquelas barracas da cidade. Então, é muito mais grave aquilo que entra de mercadoria contrabandeada de outros países para o Brasil do que a situação social dessas milhares e milhares de pessoas por este Brasil afora. E não podemos mais concordar, Srs. Deputados, por exemplo, a preocupação do poderoso Ministério da Fazenda e da Receita Federal comemora a grande arrecadação neste Brasil, nunca se arrecadou tanto neste Brasil como se arrecada hoje.

Comemora-se, Srs. Deputados, o crescimento da exportação, o superávit da balança comercial, isso é muito bom para o Brasil, mas não podemos esquecer que o número de pessoas desempregadas e passando fome neste Brasil está aumentando. E até, na verdade, agradecemos essa preocupação e eu tenho certeza que hoje a própria Bancada do PT, aqui na Assembléia, nossos colegas Deputados, como foi no Brasil, e teve um encontro, se não me engano, aconteceu lá em São Paulo, onde se discutia, dentro do próprio Partido, se o Partido continua com essa política externa ou não. Infelizmente, uma pequena maioria ganhou.

Então, imagino que os Deputados desta Casa, do PT, e o próprio Presidente, devem estar vendo e ouvindo essa preocupação que é louvável, nós já ficamos, na verdade, mais tranquilos sabendo que o próprio Partido está vendo que precisa rever isso. Não adianta, na verdade, arrecadar tanto e chegar no fim do mês, nobres Deputados, e o Governo dizer isso: essa...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O senhor passa a usar o Horário do PMDB.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Muito obrigado.

Esta fatia é para mandar para os banqueiros internacionais para pagar o serviço da dívida externa. O que sobrar disso vamos dividir para todo Brasil, para Saúde, Segurança, Educação e o desemprego que assola nosso país.

Eu estava vendo na semana passada, nobres Deputados, na televisão, uma feira do Estado de Goiás que expunha de forma diferente, colocava na mercadoria o preço bruto, total, para que o consumidor pudesse comprar e ao lado, o preço da mercadoria sem impostos. Ficamos estarecidos quando vimos que um automóvel popular para o consumidor comprar custava R\$21.500,00 e o preço, sem impostos, R\$9.000,00. Vejam só a voracidade que tem o Ministério da Fazenda, esta poderosa Receita Federal em arrecadar impostos! Nunca teve uma taxa tão agressiva nos produtos como está tendo hoje, neste Governo!

Por exemplo: a gasolina seria hoje 1/3 do preço, sem os impostos. Imaginem quanto a PETROBRAS está arrecadando e quanto se arrecada num produto que é consumido, no Brasil inteiro, em grande quantidade!

Na nossa avaliação não adianta nada arrecadar tanto, encher os cofres dos governos e cada vez aumenta mais o problema social do Brasil! O problema da Ponte da Amizade, de centenas de milhares de pessoas que vão lá passar as suas mercadorias que, na sua grande maioria ganham 5, 10 reais no dia para comer, e muito mal, no outro dia estão passando fome! O Deputado Reni Pereira está aqui e constatou, outro dia tive que entrar no meio de um piquete, na BR-277, próximo a Foz do Iguaçu para ouvi-los e eles diziam: “Dobrandino, se a ponte ficar fechada, temos que assaltar supermercado, assaltar banco, porque não é possível, não temos o que comer”. Esta situação, Sr. Presidente, me preocupa e muito! Gostaria que V. Exas, que são do Partido do Presidente da República, o Presidente Lula, em quem eu tinha muita esperança, também depositem o meu voto na urna para ele na esperança de mudarmos esta política externa. Isso, na verdade, não aconteceu e eu como milhares e milhares de brasileiros, com certeza ficamos frustrados!

Vimos, há pouco tempo, um pequeno país, a Argentina - que é um quintal do Brasil - o Presidente, defendendo a sua população com a coragem que o Brasil deveria ter, não concordou com a remessa maluca para os banqueiros internacionais e a economia na Argentina melhorou e muito! A população já comemora esta conquista e o Brasil não deveria ser diferente!

Eu imaginava que o governo brasileiro, que teve a oportunidade de ouro quando se elegeu com uma votação expressiva, com apoio da maioria desta Nação, chegaria aos banqueiros internacionais e diria: “nós não vamos fugir do nosso compromisso, mas primeiro vamos arrumar a nossa casa”. Só no ano passado mais de 150 bilhões de reais foram lá para fora pagar o serviço da dívida. Se o governo dissesse aos banqueiros internacionais: “vamos suspender o pagamento da dívida por seis

meses”, com certeza as pessoas não precisariam estar passando estas dificuldades, fazendo contrabando mesmo não sendo contrabandista, roubando mesmo não sendo ladrão, em função da dificuldade por que passa a população do Brasil.

Está muito bom hoje para os banqueiros, para os grande empresários. Mas na camada mais sofrida e mais humilde da população está aumentando - e muito - o sofrimento. É uma preocupação muito grande que trago a esta Casa, a nossa fronteira está vivendo um momento muito difícil, a ponte foi aberta numa promessa de que em oito dias a Receita aumentaria a cota para 500 dólares. E isso não vai ocorrer, novos protestos virão e a nossa fronteira continuará nesse clima de tensão. Queria deixar registrado a nossa preocupação.

### **O Sr. Natálio Stica**

Quero apenas dizer que tenho certeza da sua preocupação para com o povo brasileiro. E por isso V. Exa. faz uso da tribuna, para somar aos reclames que estamos ouvindo não só aqui no Estado do Paraná, mas também em todo o Brasil. Devo discordar de V. Exa. em alguns aspectos: primeiro, em relação à carga tributária, especificamente da gasolina, a que V. Exa. se refere. Fui petroleiro toda a minha vida e, portanto desta matéria entendo. E sempre fiz críticas.

Aliás, foi sugestão nossa, do Sindicato dos Petroleiros do Paraná, na época para que os postos de gasolina colocassem uma placa - hoje estão começando a fazer isso - dizendo o custo real da gasolina. Porque a carga tributária sempre foi exagerada em relação a esse combustível. Não teve nenhum acréscimo no Governo Lula, também não diminuiu em nada, manteve-se a mesma carga que vem de anos. E é claro, o que mudou foi a aplicação deste lucro em cima da carga tributária, que antes não se sabia onde ia. Hoje sabemos onde são feitas as aplicações.

Também queria dizer que o Governo Lula tem sido um governo que está, assim como o Governador Requião, preocupado em governar para os mais pobres. Ao mesmo tempo em que o Governo Requião cria aqui, a tarifa da “Luz Fraterna”, que é a luz na casa da população de baixa renda, o Presidente Lula cria a “Luz para Todos” que é levar a energia nos rincões mais longínquos, onde o IDH é baixo, onde não chegou um poste de iluminação, fazendo uma parceria perfeita no programa “Luz para Todos” do Governo Lula como “Luz Fraterna” do Governo Requião.

Então, tenho certeza que estamos no caminho certo. Questionamos sim, a partir desse momento, o envio da remessa de recursos por conta principalmente do serviço da dívida a que V. Exa. se refere. Mas também entendo que num primeiro momento foi importante a participação do Brasil e do Presidente Lula, que essa condição de respeitabilidade que ele adquiriu no resto do mundo e que coloca o Brasil hoje com grande credibilidade. Hoje sim lhe dá condição de negociar com o

Fundo Monetário Internacional e, aí sim, dar as condições em que é bom para o Brasil o que podemos pagar e o que devemos aplicar. Acredito que para 2005 esta deva ser a linha tomada pelo nosso Presidente.

Portanto, ao discordar de V. Exa. em alguns aspectos, tenho certeza que tanto o senhor, como eu e como os demais Deputados, faremos as considerações que acharmos que serão necessárias para que o Presidente e sua equipe cheguem ao rumo e no denominador que esperamos, que é fazer com que esse país cresça mais dividindo o bolo e não deixar apenas a migalha como ficou nos governos que passaram pela República do Brasil.

Parabéns pelo seu pronunciamento, é corajoso, é sincero e tenho certeza vai ser aproveitado muito, porque interessa sim quando a crítica é no sentido de ajudar para que possamos melhorar o nosso país.

Muito obrigado pelo aparte.

### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Obrigado, nobre Deputado Stica. Agradeço seu aparte.

Na verdade, não discordo da política como um todo do Presidente Lula. Estou falando basicamente da política externa. E vou mais longe, na verdade, não é uma culpa deste Presidente. É uma política que já vinha do passado e que contestávamos e votamos numa mudança em função disso. O que lamento é que imaginava que o Presidente Lula, um homem sério e bem intencionado, teve uma grande oportunidade quando assumiu o governo - e imagino que é o pensamento de vocês - que pudesse ter feito as transformações e uma delas é a mais importante, que seria dizer: “vamos dar uma segurada agora para acertar a nossa casa”, e isso não foi feito.

Por isso e em função disso é que hoje pagamos um preço social muito grande nesse Brasil. Já há alguma luz, algum sintoma de que o PT está revendo isso. Quero crer que esta mudança se faz necessária, como a Argentina, que já deu um indício e já melhorou, senão o Brasil vai à bancarrota. É muito grande a preocupação para com as pessoas que hoje estão sem ter o que comer e não atribuo isso ao delegado da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, nem à Polícia Federal. Eles recebem ordens e essas ordens têm que ser cumpridas. O poderoso Ministério da Fazenda tem que rever isso e está aumentando a fila dos desesperados e esse desespero é objeto de preocupação nossa, que somos representantes do povo.

Estou muito preocupado. Tenho certeza que dessa forma pensa o Deputado Stica, a Bancada do PT, que é uma Bancada preocupada e comprometida com a população e com certeza, vão levar essa discussão à frente, porque o Brasil precisa tomar um rumo, porque senão, não sei que rumo tomará.

Muito obrigado.

### **O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Encerrado o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente.

A pedido, Deputado Welter fará a convocação dos convidados.

Concedo a palavra ao Deputado Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Só farei uma pequena introdução.

Srs. representantes dos agricultores e da comunidade indígena de Laranjeiras. Esta Casa prestou grande serviço ao Paraná a um conflito de quem tem a posse da terra com registro, numa área considerada indígena.

Está em vias de ser decidida essa questão e está aqui o colega da comunidade indígena, o Romancil Creta, o Altair dos Passos que representa os agricultores familiares e o Otomar Silva que representa os agricultores de médio porte daquela região. Eles vão usar a palavra por cinco minutos. Vão explicitar a discussão que esta Casa fez e que nós, como papel de Poder Legislativo e mediadores de um problema agrário no Estado, remetemos e temos requerimento apresentado à Casa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Concedo a palavra ao Sr. Otomar Silva, Presidente da Comissão de Agricultores de Boa Vista.

O SR. OTOMAR SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Welter, Deputado Artagão, Rossoni, Nereu Moura, que são os Deputados que conhecemos, da nossa região. Somos de Laranjeiras do Sul. Somos 173 famílias, temos nossas terras escrituradas e por volta de 90 dias, a professora Cecília, antropóloga, tem um estudo e está no Diário Oficial, que as nossas terras pertencem aos índios. Nós nos deslocamos de Laranjeiras do Sul ontem, chegamos para ter uma audiência pública com um senhor de Brasília, que representa o Ministro da Justiça. Chegamos aqui, ele não pôde vir e estamos pedindo ajuda aos Srs. Deputados que cheguem até o Governador, estamos perdendo as nossas propriedades, não sabemos se temos direito ou não, mas compramos, somos proprietários, temos escritura e precisamos de uma decisão.

Entramos com o contraditório do estudo da Professora Cecília que vai vencer dia 24, o Município de Laranjeiras do Sul também. Gostaríamos também que o Estado se manifestasse contrário a isso, porque se aceitarmos vamos ser desapropriados. Não temos nada contra os índios, se é de direito que fiquem mas que possamos ser desapropriados ou que a gente pegue outras áreas de terras em outro lugar.

Então, queríamos fazer um apelo aos Srs. Deputados que nos ajudem, estamos perdendo nossas terras. Aqueles senhores da galeria são 50 produtores. Saímos ontem de Laranjeiras do Sul para chegar hoje aqui e vamos nos deslocar.

Então encarecidamente, Deputados nos ajudem, para não ficarmos na rua e que se for de direito a Justiça Federal, a União dar terra aos índios, nos ajudem para ser

desapropriados, que a gente consiga com nossas famílias outras terras.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agradecemos ao Sr. Odimar Silva, Presidente da Comissão de Agricultores e agora convidamos o Sr. Altair dos Passos, Presidente da Agricultura Familiar. Acusamos também a presença do Vereador Eduardo Cruz, de Laranjeiras do Sul, aqui nesta Casa.

O SR. ALTAIR DOS PASSOS

Boa tarde a todos os Deputados aqui presentes.

Boa tarde em especial Presidente desta Casa. Sr. André Vargas, meu particular amigo de longas batalhas. Agradecer ao Deputado Elton Welter, por ter nos proporcionado este espaço aqui nesta Casa de Leis, para que a gente possa externar este problema que se agrava já por muitos anos com essas famílias lá da comunidade de Boa Vista e região.

Estamos falando de 173 agricultores, entre os quais a grande maioria é de agricultores familiares, proprietários com títulos reconhecidos e registrado pelo Cartório de Registro Civil da Comarca de Laranjeiras do Sul. Títulos esses emitidos pelo Governo do Estado. Esses agricultores, alguns habitantes lá há 60 anos, a grande maioria depende exclusivamente dessa área de terra para obter o seu sustento, Conversava com alguns produtores em diversas reuniões que a gente tem feito, aonde muitos iam aos prantos, por se tratar de uma coisa que trabalhou a vida inteira, que é caso de Vilmar da Silva de Alto Alegre que está aqui, ontem a gente conversava, ele é proprietário de cinco alqueires de terra e precisa sobreviver daquilo ali para tirar o sustento de sua família. Comentava ele que isso é esforço de trabalho braçal e isso é o acúmulo de toda sua vivência trabalho para lá e para cá, economizando cada centavo.

Então são esses agricultores que estão aqui em grande maioria, representando toda essa comunidade laranjeirense envolvendo um total aproximadamente de 7.500 hectares de terra nesta possível demarcação de uma reserva indígena. Estamos falando de uma possível demarcação porque trata-se de um Decreto Federal da República nº 1775 de 96, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e do seu Ministro da Justiça Nelson Jobim que dispõe, baseado em alguns artigos da Constituição Federal, sobre demarcação de reservas indígenas em todo o Brasil. baseado nesse decreto, o Presidente da FUNAI da época emite uma portaria criando um grupo técnico coordenado pela antropóloga Professora Cecília Helms, da Universidade Federal do Paraná, onde faz laudos antropológicos e sociológicos, para atender uma reivindicação da comunidade indígena, que acreditamos muito justa.

Esse relatório foi concluído há dias atrás. Aliás, com muita demora. Ficamos aproximadamente de 3 a 4 anos para fazer esse relatório. Concluído, porque tivemos

alguns atropelos no meio do período, como por exemplo, fazer o levantamento sócio-econômico das propriedades, já querendo colocar valores nas benfeitorias, para uma possível indenização. E nós, agricultores, dizíamos que não era possível ser feito, sem uma efetiva participação do ponto de vista da qualidade, do ponto de vista da quantidade dessas benfeitorias, e do ponto de vista de valor, porque o processo poderia, como se delongou por muitos anos, poderia sofrer uma grande depreciação.

Concluído o trabalho, foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 24 agosto deste ano, correndo 90 dias para o contraditório. Sendo que nós, agricultores, entramos com um pedido administrativo na FUNAI, para dizer que seria muito mais fácil resolver esse problema social, causado aos índios, de devolução de terra para eles, que é uma reivindicação muito justa, demarcando uma outra área de terra. Este pedido foi protocolado na Delegacia Regional da FUNAI, em Guarapuava, a qual vai ter 60 dias para se manifestar. A Prefeitura já fez.

Vou concluir: era necessário que o Estado também se envolvesse bastante nesta situação. Quero agradecer o empenho de diversos Deputados que participaram dessa audiência pública e têm participado em diversos momentos, onde conseguimos tirar alguns encaminhamentos e criamos um grupo técnico, um grupo de trabalho, uma comissão, para discutirmos este assunto. Porque veja, nós, agricultores, batíamos em muitas portas. Algumas delas, bem recebidos. Outras, nem tanto. Mas, hoje, felizmente, temos atenção. Acho que esse grupo de trabalho é um fruto de algum resultado, porque tivemos pessoas do INCRA, pessoas da própria FUNAI, pessoas da comunidade indígena, todos de acordo em resolver o problema da melhor forma possível.

Esta comissão vai-se reunir multistitucionalmente, para discutir quais são os passos últimos. Vejam, nós temos uma idéia que precisava trilhar alguns passos, para que este processo ande. Mas, nem sempre esse passo são bem sucedidos. Então, precisamos envolver mais pessoas e mais instituições possíveis. E esta Casa de Leis é uma instituição, se não a mais importante, das principais que imaginamos para que tenhamos sucesso nesta reivindicação. Os agricultores familiares que aqui estão e que representam 173, entre eles, representados pelo meu companheiro, Tomás, aos médios e grandes, mas principalmente aos pequenos, tudo o que eles querem é ajudar nessa reivindicação dos índios, mas que é tudo o que eles têm para sobreviver.

Termino dizendo que não podemos resolver um problema social criando outro tão grande ou até maior que este. Então, os agricultores estão de acordo, se for o caso de não ter outro jeito, dessa demarcação, mas que não haja prejuízo para os mesmos. Que os mesmos recebam suas justas indenizações, pelas benfeitorias, que recebam a devolução de suas terras, para que assim consigam dar o sustento tão desejado à sua família e aos seus dependentes.

Muito obrigado, agradeço pelo tempo disponibilizado a mais.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Queria agradecer ao companheiro Altair dos Passos, também militante dos movimentos sociais da região central do Estado.

Convido o Sr. Romancil Cretan, Presidente da OCIP, a ocupar a tribuna.

O SR. ROMANCIL CRETAN

Quero cumprimentar a Mesa e o Sr. Presidente, e conforme a assembléia que tivemos na parte da manhã, ficou decidido a questão indígena.

Estou aqui representando o Cacique e Vereador do Rio das Cobras, Neuli Olímpio, que pediu para que viesse passar a posição indígena, como ficaria a nossa situação.

Nós, os indígenas, acho que não seria digno para nós se conquistássemos uma terra aonde causássemos um problema social, que são as famílias dos agricultores que moram nessa localidade. Mas também achamos injusto os nossos antepassados serem retirados em dois caminhos e dispersos no Estado do Paraná, em várias aldeias.

Então, assim como queremos reivindicar a nossa situação, não queremos ser índios causadores de uma questão social, que são os agricultores que têm as suas mãos calejadas de trabalho, que são o progresso deste País. O que pedimos é uma solução e um apoio dos senhores para que possamos elaborar um documento aonde esses agricultores, se sair essa demarcação, recebam indenização pelo tempo, pela produção e pelos anos que estão lá. Mas se sair a demarcação indígena, a nossa questão é assim, para que nós possamos entrar lá e atuar lá dentro, que a mesma reivindicação que foi para eles que seja concedido para nós também, porque nós não podemos ocupar uma área aonde ela foi totalmente diferenciada.

Para nós, comunidade indígena, tornaria-se até inviável. Mas, se ganharmos, não queremos causar problemas social nenhum. Sabemos que esses agricultores não têm culpa, porque na época, os governantes deram esses títulos a eles, eles não sabiam que no futuro nós estaríamos aqui discutindo a respeito dessas terras, não sabiam os danos causados aos nossos antepassados por ter expulsado eles de lá, e não sabem o dano moral que estão causando para essas famílias que hoje moram lá.

Então, os governantes da época não sabiam o que iriam causar para essas duas comunidades, que são os agricultores e os indígenas. O que viemos pedir aqui é um apoio, para que nós possamos chegar a um consenso, as duas comunidades. Para que amanhã ou depois, se ganharmos a posse da terra, não sejamos perseguidos por eles, e ele também se eles ficarem no local que também tenham essa posição de ter um bom convívio, comunidade indígena e agricultores.

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria de deixar consignado na Casa, Ronacil, e também aos companheiros que o antecederam, o Vilmar e o Altair, que nós estamos diante de uma situação que é uma situação Nacional. Os legítimos donos das terras nacionais, desde a sua origem, são os índios, todos nós sabemos; antes de nós todos, os brancos, eram os índios que ocupavam as terras brasileiras, e muitas e sucessivas questões foram postas, e hoje, dentro de uma nova visão de Governo, começa a ser trabalhada a questão da demarcação das terras indígenas.

Fiquei muito comovida com a sua fala porque mesmo sabendo do crédito que os índios têm em relação às terras neste País, neste Estado, você representando o Cacique, traz a preocupação de também não criar uma problemática, aumentar a problemática desses trabalhadores que receberam títulos, portanto estavam legitimados para a ocupação dessas terras. Lá eles plantaram e sobrevivem do plantio.

Pela primeira vez vejo e já participei de várias conferências nacionais e internacionais, vejo uma dificuldade sempre de um dos lados em relação em querer solucionar o problema.

Penso que a Casa tem que se solidarizar e solicitar ao Governo do Estado para que essa questão seja resolvida. Penso que posso falar em nome dos meus companheiros do PMDB.

Gostaria de deixar consignado a minha preocupação e também poder colaborar no que for possível e necessário, porque é uma questão de interesse de todos. O Estado, como um todo, tem que se debruçar sobre esse problema a viabilizar uma solução tanto para os trabalhadores que lá se encontram, como para os índios que foram lesados durante séculos neste País.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero fazer alguns comentários.

Inicialmente quero parabenizar a Comissão de Terras desta Casa, presidida pelo Deputado Marcos Isfer o Bloco Agropecuário, presidido pelo Deputado Elton Welter, que promoveram hoje pela manhã uma audiência pública para tratar dessa questão, da região da Boa Vista, o Município de Laranjeiras do Sul. Parabenizar também a comunidade de Laranjeiras; os Vereadores que aqui estão; o Altair que é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o nosso índio o Ramancil Creta, que está em nome do Cacique.

Dizer que de fato a presença de vocês aqui traz a preocupação que lá existe, tanto dos índios quanto dos agricultores.

Já pude estar lá na comunidade e senti a preocupação que existe de toda a população que vive naquela região. São 173 famílias que moram na área que é reivindicada pelos índios. Área que tem um decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso declarando como uma área indígena. O que impede uma solução? Ocorre que, o Governador do Estado do Paraná, há anos atrás, deu o

documento da terra, escriturou o documento para os agricultores que lá vivem. Eles têm legitimidade da terra. O problema é de esfera governamental. Área é do Governo Federal. E ele poderá fazer a doação no momento que bem entender.

O que se reivindica é que os agricultores, como aqui foi dito pelo Vilmar e Altair, eles não querem ter o prejuízo. Querem uma indenização? Querem uma outra propriedade para poder viver? Em que pese que é sempre traumática essa mudança, porque ali não reside só o valor da terra. Ali também tem o valor emocional das pessoas que lá vivem a tantos anos e que lá construíram os seus sonhos, as suas famílias e, portanto, existe ali o sentimento, o valor afetivo da propriedade. Por isso, quero parabenizá-los e a esta Casa por estar envolvida na busca dessa solução.

Precisamos que o Governo do Estado entre na ação como litisconsorte para que o Governo possa, em função dos prazos legais que existem, fazer o contraditório na ação proposta pelo Governo Federal e, assim, o Governo Federal e o Governo do Estado encontram uma solução para quem é que vai pagar os agricultores, não só as benfeitorias, mas o valor da terra.

O Município de Laranjeiras do Sul reclama se tiver que indenizar essas famílias porque serão cento e setenta e três famílias que, provavelmente, irão embora do município e será trágico para o Município de Laranjeiras perder todas essas famílias.

Por isso que seria conveniente e demasiadamente importante que o Governo do Estado, o Governo Federal, a Procuradoria Geral do Estado e a FUNAI encontrassem uma solução para os índios, para os agricultores, para o Município de Laranjeiras do Sul, a fim de que não tenhamos problemas sérios de ordem social, de ordem econômica e de ordem fundiária também, porque teremos ali uma série de dificuldades.

Portanto, finalizo parabenizando a todos e a esta Casa que está procurando encontrar uma solução para resolver esse grave problema que acontece em Laranjeiras do Sul.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Artagão e, depois o Deputado Zucchi para concluir com as suas considerações finais.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, nossos amigos que representaram aqui os agricultores, a comunidade indígena, os amigos Deputados:

Estamos diante de um problema extremamente grave, um problema social da mais alta repercussão na região de Laranjeiras e na nossa região central do Estado. Agora, também, ao mesmo tempo, que um problema de alta complexidade, um problema de fácil solução porque ambas as partes, tanto a comunidade indígena, detentora, em função de uma documentação federal, da posse da terra como também os pequenos produtores e agricultores

famíliares que lá residem há mais de setenta anos, desde a década de 30, quando o Governo do Estado decretou, através de um documento oficial, a posse para três famílias; tem interesse na solução do impasse.

A comunidade indígena buscando resguardar o direito de posse da terra e os proprietários rurais, neste momento, ou na busca do direito da propriedade ou, então, do ressarcimento de tudo aquilo que ali foi investido, não só no que diz respeito, como ressaltou o Deputado Nereu Moura, aos investimentos e benfeitorias realizadas, como também no investimento na aquisição da propriedade, da terra lá existente. O que falta é um pouco de sensibilidade.

Na semana retrasada estivemos com uma comissão na Secretaria da Agricultura representando todos os interessados e solicitamos ao Secretário um documento formal no sentido de colocar ali algumas informações necessárias relativo àquilo que está sendo realizado com a terra, com relação à sua produtividade, aos investimentos realizados, com relação às cento e setenta e três famílias que lá residem, como também assegurando o ponto de vista de direito da reserva indígena que já está assegurado também por um decreto federal.

O Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto Lacerda, já recebeu um ofício desta Comissão, encabeçado por um ofício deste Deputado e desta Casa Legislativa, no sentido de se manifestar oficialmente, em nome do Governo do Estado, no que diz respeito ao documento que concedeu a posse a essas três famílias e conseqüentemente subdividido a essas 173 famílias aqui representadas por mais de 50 moradores da nossa região. E ele, tão logo receba o relatório oficial e final da Secretaria da Agricultura, estará se manifestando em nome do Governo do Estado.

Tenho certeza que com as duas comissões que já se manifestam objetivamente na participação da busca da solução desses problemas, como também na manifestação de solidariedade de todos esses parlamentares, muito em breve teremos uma solução definitiva, resguardando os direitos dos índios e dos proprietários rurais que hoje dão uma demonstração de inteligência, uma demonstração de grandeza, buscando uma solução pacífica, harmoniosa e acima de tudo tentando evitar esse drama social que vive a nossa região.

Muito obrigado, parabéns, e tenho certeza que muito em breve estaremos todos juntos comemorando a nossa vitória.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Solicitei a palavra apenas para, rapidamente, dizer o seguinte: fui diretor de terras no Estado do Paraná por quatro anos. Conheço bem as titulações que foram feitas no Estado.

Primeiramente gostaria de dizer o seguinte: que essa negociação que faz a comunidade indígena com os

proprietários é muito importante para termos uma solução pacífica. Do ponto de vista legal não se discute. O Estado não titulou por conta própria nenhuma área. O Estado titulou especialmente na faixa de fronteira por determinação do Governo Federal. Existia um convênio tanto na faixa de fronteira como em outras áreas através de discriminatória administrativa ou judicial.

Portanto, a posse dos agricultores não é a posse documental. É a posse do bem. É a posse de fato e sobre a posse de fato não há argumento. A posse de fato tem fé pública. Portanto, pedir indenização, não tem que pedir, é de direito, líquido, certo e estabelecido. Desapropriada uma área cuja titulação é reconhecida de boa fé e publicação em Diário Oficial tem que ser já constado do pagamento de benfeitorias e a sessões de boa fé.

Então, espero que dessa questão da demarcação da área que se houver a demarcação que é também direito da comunidade indígena, mas um direito não suprime outro. Até porque os proprietários que estão lá não podem ser suprimidos no seu direito líquido e certo de terem feito lá as suas vidas, constituído a sua família, colocado os seus sonhos, enfim, transformado aquilo numa realidade de vida e que isso tem poder de lei. Tem poder num caso de uma desapropriação como essa, de ser os nossos agricultores indenizados. E a indenização eu digo mais, a indenização não é apenas pelo valor da terra nua. São as sessões e benfeitorias de boa fé e tudo aquilo que foi feito nas propriedades e também o preço estabelecido não é um preço que seja estabelecido apenas pela FUNAI ou pelo INCRA, não. Será um preço de comum com os agricultores ou então determinado pelo peritagem judicial que está nomeado por um perito que não tenha a ver nem com uma parte e nem com outra.

Parablenzo a comunidade indígena e aos agricultores por buscarem uma solução pacífica por um problema que obviamente é de cunho social muito grande.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Pela ordem, Sr. Presidente.

Não quero me alongar porque acredito que cada Parlamentar poderia fazer uso do horário da liderança do seu partido, mas quero fazer das palavras do Deputado Zucchi as minhas e pedir bom senso para essa questão.

Era só, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Elton Carlos Welter, já agradecendo os nossos convidados, para concluir.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

O que a Assembléia fez, exatamente isso o Zucchi, o Rossoni, estão fazendo o papel de mediação para não ocorrer injustiça. Reconhecemos que havendo a demarcação tem que haver a desapropriação e a indenização justa para os agricultores. Essa Audiência Pública foi remetida por uma Comissão Mista, onde vai estar representada a comunidade indígena, os representantes dos

agricultores, gente do Ministério Público, do governo do Estado e a Assembléia vai servir de mediadora, a Comissão de Terras, o Bloco Agropecuário e quem dos senhores tiver interesse em participar desse trabalho que será árduo.

Espero que achemos uma solução que não seja tão demorada. Rápida não vai ser, porque todos sabem como é complexa essa questão.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agradecemos aos convidados. A Assembléia estará ao lado da legítima demanda dos trabalhadores sejam indígenas, da agricultura familiar ou dos médios agricultores.

Horário das Lideranças: PL.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Noroeste.

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos utilizando este horário porque pretendíamos utilizar-nos de uma parte do horário do caro colega, Deputado Dobrandino, que reside também em Foz do Iguaçu. Mas, como o tempo tinha se esgotado, estamos aqui para dizer que, como Deputado, residindo em Foz do Iguaçu, preocupou-nos muito a questão do conflito que houve em Foz do Iguaçu, Paraguai - na tríplice fronteira. Já é público e notório, toda a imprensa falada, escrita e televisionada informou com muita eficiência e competência a todos os paranaenses, dos problemas que envolvem e que envolveu e dos conflitos acontecidos em Foz do Iguaçu, na semana passada. Foz do Iguaçu foi palco novamente de conflitos.

Quero fazer aqui uma reflexão do mercado de Cidade de Leste. Em 1994, quando se chegou ao pico, há estudo de que se movimenta na tríplice fronteira, em torno de quinze, dezesseis bilhões de reais. Hoje, essa movimentação, depois de dez anos, está em aproximadamente três bilhões de reais. Isso, em dez anos - de dezesseis bilhões para três bilhões de reais. Penso que, caros colegas Deputados, se em dez anos caiu de dezesseis para três bilhões de reais, daqui a dez anos esse mercado poderá existir, mas em uma escala muito menor.

Penso que as autoridades, especialmente, os prefeitos, passaram batidos e não previram o fim desse mercado. Acho que o seu fim é acabar, está condenado devido a projetos como a globalização e o Mercosul, que evidentemente todos sabem facilita a compra de longa distância. Hoje é muito fácil o cidadão comprar do Rio de Janeiro, São Paulo, de qualquer lugar do País, dos mercados como a China, Miami etc...

Portanto, vejo que as autoridades não se preocuparam em preparar a nossa cidade de infra-estrutura, que traga crescimento, que traga desenvolvimento. Não prepararam a cidade no sentido que ela fosse uma cidade

auto-sustentável, capaz de gerar emprego e renda para nossa população.

Pois bem, acabamos de participar, de vivenciar e ver a nossa fronteira, a tríplice fronteira ser palco, de novo, de conflitos. Aí, para acabar, tivemos uma reunião na Delegacia da Receita Federal, onde participou o Prefeito eleito de Foz do Iguaçu, o Engenheiro Paulo Macdonald, participou também o Prefeito de Alto Paraná, o Estado do Paraguai, participou o intendente de Ciudad Del Leste, Vereadores tanto de Foz do Iguaçu como de Ciudad Del Leste, autoridades civis organizadas, a associação comercial e foi feito um acordo. E nesse acordo temos, por exemplo, o interesse de assumir um compromisso de atender uma reivindicação e não há compromisso nenhum em aumentar a quota para US\$ 500,00, como foi anunciado e que é uma reivindicação antiga tanto de Foz do Iguaçu como de Ciudad Del Leste. E há um compromisso das autoridades de trabalhar no sentido que possamos chegar à elevação dessa quota, que hoje é de US\$ 150,00 para US\$ 500,00.

E foi definida uma agenda de desenvolvimento, uma agenda política em que vamos pedir o apoio da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, e de todos os Deputados Federais, Senadores, do Governo da União, do Presidente Lula e todos os Ministérios no sentido que juntos lutemos por esse projeto de desenvolvimento e tornar a nossa cidade uma cidade auto-sustentável e capaz de gerar emprego e renda para nossa população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Horário da Liderança do PSL, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda no quesito Banco Santos. Algumas questões são levantadas e alguns questionamentos precisam ser respondidos. Sr. Presidente e Srs. Deputados, o povo do Paraná espera uma resposta firme do Governador Requião a respeito dessa situação. E sabe por quê?

O dinheiro da Fundação COPEL, 166 milhões, esse dinheiro, pelo que entendi, é dos funcionários da COPEL. Os funcionários da COPEL, dez mil funcionários, perderam esse dinheiro e os funcionários da COPEL vão ficar quietos diante dessa perda?

Nós já fizemos aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vários pedidos de informações e sempre para os pedidos de informações, as evasivas. Nós perguntamos sobre porto e o Governo responde sobre aeroporto. Nós perguntamos sobre soja e o Governo responde, evasivamente, sobre a criação de porcos no Paraná.

É exatamente por causa dessas respostas, porque o nosso papel nós estamos fazendo aqui na Assembléia. Essas respostas evasivas, perigosas é que vão maquiando. Até quando vamos aceitar isso? E a EMATER, o dinheiro



da Fundação EMATER que estava no Banco Santos, não é dos funcionários da EMATER?

Como é que ficam os funcionários?

Quem é que autorizou a aplicação desse dinheiro no Banco Santos?

E por que o dinheiro foi aplicado lá? Todas essas questões nós levantamos aqui, fizemos pedido de informações, no caso, a Bancada de Oposição, o próprio Deputado Neivo Beraldin, e essas respostas não vieram e quando vieram de forma evasiva.

Uma outra questão, Sr. Presidente, que eu quero levantar é sobre o Porto de Paranaguá, sobre o navio que explodiu no Porto de Paranaguá, é muito grave porque ele estava carregado de Metanol. O Metanol foi consumido, o Metanol não poluiu o mar, o que poluiu e está poluindo o mar é o combustível do navio. Mas esse tipo de carga, de tráfego de navio no Porto, o navio para atracar e para descarregar o metanol não pode estar com os seus tanques cheios.

Então, por que o navio atracou com os seus tanques cheios, sendo que ele foi carregado ali naqueleanel que é de responsabilidade do Porto de Paranaguá? É isso que precisa ser dito e são essas respostas que nós precisamos. O Metanol não contaminou, o que está contaminando o mar é o combustível do navio, o óleo do navio. E o navio não poderia estar com os seus tanques cheios para descarregar o Metanol. Nós precisamos dessas respostas e o povo do Paraná espera que o Governo seja firme nessa questão.

#### **O Sr. Artagão Júnior (Aparte-Assentimento)**

Deputado, ao nível de esclarecimento, eu pude participar hoje também e participo da Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis, e o que foi investido pela Fundação COPEL em CDB's, ou seja, os valores que ficaram retidos pelo Banco Central somam algo em torno de trinta e sete milhões de reais. Houve movimentações nesse valor de cento e vinte, cento e trinta milhões de reais, mas aqueles que foram retidos, porque eram aplicações em CDB's, são valores em torno de trinta e sete milhões de reais e não são fruto apenas dessa administração. Governo 2003, 2004, Governo Roberto Requião - existe uma decisão do Conselho Financeiro da Fundação COPEL que normatiza quais serão as atitudes e as linhas de investimentos que serão adotadas na próxima administração.

Esses investimentos feitos no Banco Santos já ocorriam no Governo anterior, no Governo Jaime Lerner e, inclusive, tiveram os seus valores reduzidos pela atual administração, pela administração da Fundação COPEL, nos seus valores em função de que com as aplicações rendendo, eles acabaram fazendo um valor bastante significativo. E que eram normas normais e que tanto aquilo que foi aplicado no Governo passado, quanto aquilo que estava sendo aplicado no atual Governo, independente da administração, estava sendo feito com a base totalmente legal, sendo que o regulamento das fundações estipula

um valor de 10% do capital da instituição financeira que vai receber o aporte de aplicação ou de 20% sobre o valor do que a fundação estaria aplicando.

Então, a Fundação COPEL, por exemplo, nobre Deputado, tem um bilhão e setecentos milhões de reais a investir, estavam sendo feitos com a base totalmente legal, sendo que o regulamento das Fundações estipula um valor de 10% do capital da instituição financeira que vai receber o aporte de aplicação, ou de 20% sobre o valor do que a Fundação estaria aplicando.

A Fundação COPEL, por exemplo, nobre Deputado, tem um bilhão e 700 milhões de reais a investir sendo que, baseado nas regulamentações e nos limites impostos 20% do capital da instituição ou 10% do seu patrimônio, não poderia investir mais de 700 milhões. No entanto o valor retido pela Fundação COPEL é de 37 e pela Fundação EMATER de 3,6 milhões, algo que vinha sendo comum porque também existiam investimentos no Banco Itaú, no Sul América, no Panamericano baseados nas normativas dos estatutos das fundações.

Aparentemente, no que pudemos ouvir hoje na Comissão de Fiscalização, aquilo que foi afirmado pelas pessoas que representavam as respectivas fundações atestavam uma regularidade. Agora a Comissão de Fiscalização confrontará essas afirmativas com os documentos recebidos para, efetivamente, se assegurar se isso é realmente verídico.

#### **O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Sr. Presidente, para encerrar, acontece que quem milita no mercado financeiro reconhece os sinais de mercado. Peguem aqui o Deputado Rossoni e tantos outros Deputados que são empresários, o mercado financeiro sinaliza e o mercado estava sinalizando com luz muito vermelha, a questão do Banco Santos, só isso!

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Valdir Leite, do PPS.

#### **O SR. VALDIR LEITE**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, escutávamos atentamente o Deputado Luiz Carlos Martins se pronunciar a respeito do acidente que envolveu o navio Vicunha, no Porto de Paranaguá.

Infelizmente nos últimos meses nós só temos visto tragédias no Porto de Paranaguá, realmente coisas negativas, nada que venha enriquecer o histórico daquele Porto. Mas sabemos que tudo passa e esperamos que esta fase negativa também passe.

Não podemos deixar de tecer alguns comentários tais como: as mortes que aconteceram: o impacto ambiental que isso vai causar nos próximos anos, em toda baía de Paranaguá. Hoje, ouvimos falar muito em multa: "Vamos multar o IAP, vamos multar o navio, vamos multar o terminal, vamos multar a todos". Primeiro: nenhuma

multa vai ser resolvida sem que seja nos tribunais. Outra: as multas não vão conseguir diminuir ou neutralizar qualquer efeito nocivo ao meio ambiente.

Temos agora que deixar bem claro quais os trabalhos técnicos que estão sendo feitos para que o meio ambiente seja recuperado; quais os trabalhos sociais que estão acontecendo para que as famílias que vivem do turismo e da pesca não sejam completamente prejudicadas e esquecidas.

Temos que fazer algumas considerações que não podemos esquecer, o próprio Ministro da Pesca já esteve em Paranaguá dando sua atenção aos nossos pescadores, a isso seremos sempre gratos.

Também as autoridades ambientais, IAP, IBAMA, Defesa Civil estão trabalhando de forma a minimizar os problemas que aconteceram no Porto de Paranaguá.

Hoje mesmo enviamos ofício à COPEL à SANEPAR, ao Governo do Estado para que procurem flexibilizar as contas de luz e água dessas pessoas que vivem da pesca.

Agora, não podemos deixar que nenhuma mentira paire sobre isso, no transporte marítimo existem normas que definem de quem é a responsabilidade. Hoje estão falando que a responsável é a seguradora, é o terminal, é a empresa que tinha a carga. Mas e a lei as ordens que existem no transporte marítimo que existem na área dos portos organizados? Hoje sabemos que, se por acaso as medidas de contenção do óleo tivessem sido tomadas imediatamente após o acidente o impacto seria muito menor do que ocorreu porque demorou mais de 48 horas para as medidas serem tomadas de forma adequada.

Quem é o responsável por acionar os planos de contingência previstos em lei?

Quem é a autoridade portuária que tem que acionar, que tem que dar o start em qualquer plano de prevenção, em qualquer plano de contenção de vazamento?

É isso que temos que deixar bem claro e estamos fazendo através da Comissão de Meio Ambiente para que as fotos dos jornais, as imagens da televisão não deturpem, mais uma vez, a verdade, porque nós sabemos que existe uma autoridade portuária e ela é responsável através da legislação para acionar todo e qualquer plano de contingência.

Será que isso foi feito?

Essa é a grande pergunta que se faz.

Será que isso aconteceu? Ou será que sempre vamos culpar a terceiros para aliviar, para tirar o foco da nossa responsabilidade como homem público e como agente do Estado.

Então é desta forma que vamos proceder.

Hoje mesmo vamos procurar nos reunir com a Comissão de Meio Ambiente. Foi designada uma pessoa para acompanhar todas as ações, todas as reuniões da defesa civil para ver o que está sendo efetivamente realizado para minimizar os prejuízos ambientais e os prejuízos sociais que esse acidente provocou.

Mas, tem outra coisa que é até muito triste, todos os Deputados devem ter recebido um ofício do Sr. Superintendente cobrando nossas providências, da ANTAC e pedindo nossa manifestação em relação ao acidente.

Nós não podemos ser irresponsáveis de tecer nenhum comentário sem saber.

Então, Sr. Presidente, vamos averiguar, vamos avançar nos questionamentos a fim de levar e de deixar bem claro de quem é a responsabilidade por esse acidente que ocorreu no Porto de Paranaguá e por todos os outros. Não adianta ficarmos discutindo divergências e pensamentos diferentes que isso não vai minimizar os problemas causados pelo acidente. Vamos sim trabalhar de maneira séria, correta e fazer o que cada um tem obrigação de fazer. Dessa forma, muita coisa de ruim será evitada e poderia deixar de ter acontecido se cada um tivesse exercido as suas responsabilidades e os seus deveres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Horário do PSDB o Sr. Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pretendia fazer um aparte ao Deputado Chico Noroeste ou ao Deputado Dobrandino. O tema é o mesmo, é a Ponte Internacional da Amizade. É um problema não só do Oeste do Paraná - principalmente de milhares de pessoas que têm a sua sobrevivência trabalhando como “laranjas” para compradores de outras Estados ou até mesmo do Paraná, que utilizam dessas pessoas para passar uma cota.

Mas, respondendo ao Deputado Dobrandino, que talvez equivocadamente tenha visto alguma coisa na imprensa de 500 dólares. Com certeza é apenas um dos itens, no futuro nós vamos reivindicar perante o Governo Federal para que numa estratégia e numa agenda de desenvolvimento, essa sim é verdade, foi tratada e acordada entre o Prefeito eleito de Foz do Iguaçu, o Prefeito e o Governador de Alto Paraná perante as autoridades. E em nenhum momento nós pedimos e nem poderíamos pedir. Estive presente tanto na reunião do Paraguai quanto do lado de cá, enquanto se realizava na Secretaria nós estávamos numa audiência pública na Câmara de Vereadores. E digo que ninguém que trabalha como “laranja” trabalha por opção naquele sol escaldante. Trabalha sim, por falta de opção.

E a estratégia número um para buscarmos a solução definitiva, para os problemas tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, passa necessariamente por um novo projeto de desenvolvimento.

É bom esclarecer que a ponte ficou fechada foi do lado paraguaio, não foi do lado brasileiro.

Então, em nenhum momento nós tínhamos competência de liberar o trânsito, o direito de ir e vir. Até mesmo porque não temos competência do outro lado.

Mas num entendimento foi colocado uma agenda e estaremos, inclusive tem um projeto para que amanhã me ausente desta Casa, acompanhados de mais de 100 Prefeitos do Paraná juntamente com o Prefeito de Foz do Iguaçu, o vice prefeito, estaremos em Brasília para uma reunião com a Bancada Federal, também com os três Senadores do Estado do Paraná para colocarmos, isso sim foi um compromisso assumido pelo Prefeito eleito, de levar ao conhecimento das autoridades federais o caos social em que se encontra a região da tríplice fronteira e buscar apoio tanto no nível federal como também buscaremos a responsabilidade e o comprometimento do Governo Estadual na geração de novas oportunidades para que possamos eliminar aquilo que leva as pessoas a ficarem trabalhando como “laranjas” de mercadores, de contrabandistas que têm lucros faraônicos e, para finalizar eu gostaria de dizer que seria uma incoerência neste momento, lutarmos para aumentar para 50 dólares a quota, porque essas pessoas só têm mercado de trabalho porque existe a fiscalização e porque a quota é cento e cinquenta dólares e porque se a fiscalização fosse branda, as pessoas não contratariam “laranjas” e se fosse 50 dólares, as pessoas sairiam de São Paulo, em quatro pessoas em um carro, comprariam dois mil dólares e também não dariam oportunidade de trabalho às pessoas do extremo oeste do Paraná e de Foz do Iguaçu que têm na atividade de “laranja” a sua principal fonte de renda.

Nós estamos buscando sim uma solução definitiva, e uma solução definitiva não passa por demagogia e o uso desse problema social a qualquer que seja o pretexto, seja para justificar o lucro exorbitante de pessoas que manobram outras pessoas para fazerem conflitos ou qualquer outro tipo de interesse.

Vamos buscar o cumprimento de uma agenda em parceria com o país vizinho, o Paraguai, para buscarmos solução e daqui a um ou dois anos, quando tivermos já implantado um projeto de desenvolvimento regional dos dois lados da fronteira, o turismo poderá ser contemplado com uma quota de 500 dólares para o turista que for visitar as Cataratas, permanecer no hotel por dois ou três dias e porque não, trazer algum objeto do país vizinho como acontece quando vai para o exterior, em qualquer outro país, com uma quota de 500 dólares. Mas hoje isso seria sacrificar as poucas oportunidades que os “laranjas” estão tendo, de trabalho na fronteira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Concedo a palavra, no Horário do PSDB, ao Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna hoje e peço uma atenção toda especial aos parlamentares, que devem ter recebido uma correspondência do dia 18 de novembro de 2004, aonde o

então Superintendente do Porto, Eduardo Requião de Mello e Silva se acha no direito de mandar uma correspondência - não sei como classificar essa correspondência, mas quero fazer a leitura apenas uma parte para ver se os Deputados se sentem ofendidos ou não.

Aqui diz o seguinte: entre tantos, ele quer, na verdade, chamar a atenção dos órgãos responsáveis por setores do Porto de Paranaguá sobre o problema que aconteceu com aquele desastre, mas ao terminar a sua correspondência, ao qual enviou a todos os Deputados Estaduais e Federais e diz o seguinte: “Eis que me atrevo, portanto, a julgá-lo como destituídos de qualquer respeito e boa fé, por sua absoluta omissão em se manifestar”.

Prezados Deputados, eu sou Presidente da CPI do Porto de Paranaguá e me sinto ofendido e acredito que o Superintendente do Porto de Paranaguá ofendeu a esta Casa, porque ele não tem autoridade de editar normas de comportamento a parlamentares desta Casa.

Na verdade, o que estou observando, o Superintendente do Porto é que está querendo jogar uma cortina de fumaça em cima de tudo o que está acontecendo no Porto.

Eu voltarei a tratar desse assunto no dia de amanhã, porque nós temos reunião da CPI, às 17h00. Mas, gostaria que os senhores lessem a correspondência enviada pelo então Superintendente do Porto.

Inscrevo-me, Sr. Presidente, Deputado André Vargas, se possível me inscrevo no Grande Expediente no dia de amanhã, para que possamos juntos tomarmos uma posição quanto a essa correspondência, porque senão daqui uns dias qualquer diretor de departamento de uma Secretaria se achará no direito de enviar a esta Casa uma correspondência com esse mesmo teor.

É importante que o Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, não é porque ele é irmão do Governador ou é Superintendente do Porto ou se fosse ele Deus, ou se ele fosse o que bem entendesse. Ele deve ter o princípio do respeito, em especial à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Ailton Araújo, na sequência ao Deputado Neivo.

**O Sr. Ailton Araújo**

Eu agradeço a concessão, quero lembrar aos nobres colegas que ninguém tem a autoridade para chamar a atenção desta Casa. Nem o Governador muito menos o Superintendente. O Superintendente é um atrevido e mal educado, ele que se ponha no lugar dele e respeite esta Casa.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Para dizer que apresentei à Mesa, para que coloque em discussão, em votação, para que esta Casa crie uma Comissão Especial, para acompanhar a questão do acidente do Porto de Paranaguá e de todo o processo a partir de agora.

Eu espero que seja deliberado hoje. Eu terei o maior prazer de me hospedar em Paranaguá e acompanhar passo a passo os assuntos do Porto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, com a sua permissão nós poderíamos usar o horário das Lideranças das Oposições, mais cinco minutos se V. Exa. assim o permitir.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Pode fazer o aparte, Deputado Durval Amaral.

#### O Sr. Durval Amaral

Deputado Rossoni, inicialmente quero cumprimentá-lo como Parlamentar de Oposição, brilhante e atuante que é. Presidindo também a Comissão Parlamentar de Inquérito de Paranaguá.

Até confesso a V. Exa. quando vi a carta em suas mãos, eu pensei que se tratava de um desaforo ao Deputado Valdir Rossoni. Isso por si só já me causou náuseas. Eu já fiquei indignado.

Entretanto, eu quando conversei com os parlamentares mais, e vi que esse cidadão se dirigiu a todos os parlamentares da Assembléia Legislativa, não me resta outra conclusão de que ele realmente está desequilibrado emocionalmente. Não se trata de uma agressão a um Parlamentar, trata-se de uma agressão a este Parlamento, a todos nós deputados estaduais de Situação e Oposição. Isso é uma afronta ao Parlamento e nós não podemos aceitar isso em hipótese alguma, como muito bem colocou V. Exa., poderia ser o Presidente da República ou o Governador do Estado nenhum, nem um, nem outro agiria dessa forma.

A Casa tem que exigir respeito, retratação e acredito, isso é uma afronta que não pode ser desculpada em hipótese alguma, nem por mim, nem por nenhum de nós Parlamentares. Acho que este caso é caso realmente de internação desse cidadão. Ele está desequilibrado de suas faculdades mentais.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Encerro aqui o meu pronunciamento. Voltaremos ao assunto no dia de amanhã até a pedido dos Srs. Parlamentares para que possamos fazer um comentário mais abrangente sobre esse assunto. Mas digo aos senhores, ilustre Líder do Governo, Deputado Natálio Stica. O Governo tem que tomar uma medida em cima dessa questão. O desrespeito aos Srs. Parlamentares, as insinuações nessa correspondência são merecedoras de uma atenção toda especial desta Casa. E amanhã nós voltaremos sobre esse assunto.

É lamentável, Sr. Presidente, se nós deixarmos essa questão passar em branco, porque se não, como diz o velho ditado “estaremos levando puxão de orelhas todo dia de Diretor de Secretaria”.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Infelizmente não poderemos ceder-lhe o Grande Expediente de amanhã, porque está previsto e reservado pelo Presidente Hermas Brandão para comemorar os 150 anos de funcionamento da Assembléia.

#### O Sr. Natálio Stica

Deputado Valdir Rosoni, primeiro quero lembrar que sou Líder do Governo Requião nesta Casa. Não tenho, como Líder do Governo Requião, obrigação de defender qualquer Secretário que aja por seu interesse próprio. Não sei e duvido que tenha o aval do Governador pela atitude tomada pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, Sr. Eduardo Requião. Eu também recebi a carta da mesma maneira que os senhores.

Portanto, não vou fazer uma defesa do indefensável, antes de tudo tenho que, para fazer qualquer defesa, que acreditar porque falo nessa questão, não tenho obrigação e muito menos condições de fazer a defesa, porque está errado sim o Superintendente do Porto ao se referir à Assembléia da maneira como ele se refere.

Poderia fazer críticas e pode fazer a qualquer tempo, críticas à nossa atuação, enquanto Parlamentar. Porém, chamada de atenção que vem nessa carta, eu não aceito, imagine os senhores que são do Bloco de Oposição. E mais ainda me preocupa a questão do Estado do Paraná neste momento, o triste episódio com o navio Vicunha que já ceifou vidas, que já afetou a nossa bahia. O metanol é sim altamente poluidor. É claro que um milhão de litros de óleo que é o que abastece o navio, ele aparece mais e fica muito mais tempo. Mas metanol na hora que se derrama junto com a água ele mata toda vida que estiver próxima. É altamente poluidor, ele poderia ter diminuído o seu efeito se fosse, ninguém sabe se ele foi todo queimado, mas me parece que houve vazamento do metanol.

Agora me preocupa Deputado Valdir Rossoni, e estou pedindo inclusive para fazer parte desta Comissão, porque me preocupa como vai ficar o Estado do Paraná. Nós temos um píer da PETROBRAS que está interditado há um ano, já deveria estar em operação. Quero saber por que não está ainda em operação. E nós, a PETROBRAS estava pagando aluguel do píer da Cataline, aluguel caríssimo, e agora o píer Catalini está interditado. Essa interdição do píer só se justifica num primeiro momento, até que as autoridades competentes avaliem a situação e digam que não dá ou dá para ser usado o píer. O que não pode é o Superintendente do Porto de Paranaguá tomar a decisão e dizer que não pode usar o píer da Cataline, para a PETROBRAS continuar recebendo e enviando produtos.

Nós temos que abastecer navios, sob pena de não mais ancorar navios no Porto de Paranaguá, pois não poderão ter o seu produto, para que possam fazer o seu retorno ao país de origem. Porque é aqui que eles abastecem. Nós não podemos importar GLP, que ainda importamos, nós não podemos exportar os produtos que saem da

REPAR, como querosene, nafta, que exportamos, pelo píer da Catalini, até que o da PETROBRAS volte a funcionar.

E aí? Pode um Superintendente tomar uma definição de dizer que não vai dar autorização? Ele não pode dar autorização, até que técnicos digam se pode ou se não pode. Porque o Estado do Paraná pode parar sua economia, sim. o Porto de Paranaguá pára, sim. Porque não pode sequer abastecer os navios. Não estou aqui pregando que tem que abrir o píer a qualquer custo. Agora, carece de uma investigação técnica, não política. Técnica, de quem conhece, de quem assine, de quem faça a assinatura dando a responsabilidade. E aí, esta sim, vai ser a palavra, se o píer vai ou não ser liberado.

Quero aproveitar este momento para saber o porquê ou os porquês o píer da PETROBRAS está há praticamente um ano desativado e não voltou, ainda, à operação. Quem é que tem interesse em ficar pagando aluguel para a Catalini? Quem é que tem este interesse? Quero sim, como Líder do Governo, fazer parte dessa comissão, porque sou Líder do Governo para que as coisas andem às claras, seja quem for o responsável. E tenho certeza de que terei apoio do Governador Requião. Caso contrário, meu cargo continua, como sempre esteve, à disposição. Porque se sou Líder é porque tenho a confiança. O dia que não tiver mais, não há necessidade de continuar na liderança. Meu papel exercerei, sim! Agora, mais do que nunca, quero saber, porque desta área eu conheço!

O Ministro José Fritz esteve em Paranaguá, pus minha equipe a acompanhá-lo, já que eu estava na PETROBRAS, no Rio de Janeiro, na quinta-feira, e não pude acompanhá-lo. Mas, tive o relatório e estarei fazendo parte, se for designado, nessa comissão. E tenho certeza de que esta Casa vai cumprir o seu papel.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, para encerrar, apenas me reporte ao Líder do Governo não para fazer cobrança, é claro. Não tenho esse direito. Nem V. Exa. tem a obrigação de saber da atitude de um funcionário do governo. Mas, acredito e levanto a voz, neste momento, para defender a instituição, esta Casa. Porque todos os Parlamentares receberam esta correspondência, porque de sã consciência, um homem lúcido não teria a petulância de enviar uma correspondência dessas aos Deputados.

Além disso, encaminhar ao Presidente da CPI, fazendo quase insinuações ... ou melhor, quase fazendo, não! Fazendo insinuações de que nós não descemos a serra para verificar a questão. Nós achamos que ele tinha competência para isto. Mas, pelo que estou verificando, não tem competência. E se eu pudesse, dar um conselho ao Governador pelo o que nós temos constatado, e tenho sido muito discreto na CPI do Porto, até tenho recebido cobranças sobre a CPI do Porto por ter sido discreto, mas se eu pudesse diria ao Governador, lá de Nova Iorque, que ele baixasse um decreto e pedisse para o Governador

Pessuti, em exercício, que demita o Superintendente do Porto, porque esse não vai ser o único problema, já são vários os problemas, e os senhores terão conhecimento no relatório da CPI, mais este afrontando este Poder, e certamente se prosseguir na direção do Porto nós teremos mais acontecimentos como este porque está faltando bom senso e equilíbrio lá no Porto de Paranaguá.

Era isso Sr. Presidente, agradeço pela compreensão.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Queria me queixar que eu não recebi essa correspondência, não sei o porquê da discriminação. Deputado Elton Welter com a palavra.

#### O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Só para fazer uma correção, fui alertado pelo Deputado Leite que já havia sido liberado o píer da PETROBRAS. O que se torna mais grave ainda querer fazer a proibição agora já que está em funcionamento o píer da PETROBRAS, não há portanto, motivo para o interdito deste píer que certamente vai atrapalhar a nossa economia.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Natálio Stica, só para esclarecer, na hipótese do píer da PETROBRAS estar liberado o da Cataline pode estar bloqueado, ou ele não substitui?

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Mas a PETROBRAS pagou doze milhões de locação de aluguel para o píer da Cataline. Eu acho que é isso que muito bem colocou o Deputado Stica, não falou o valor.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Mas por serviços futuros ou serviços passados?

#### O SR. DURVAL AMARAL

Serviços passados quando o seu píer já estava pronto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é aí que eu digo, acredito que amanhã nós teremos que voltar a essa questão porque há muitas dúvidas sobre essa questão, e nós temos documentos na CPI.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Deputado Elton Welter por cinco minutos, no horário do PT.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

(Lê):

“Posso falar em coerência porque sempre fui filiado a um único partido, o PT. Venho a esta tribuna com

autoridade de quem é petista de carteirinha e nunca migrou de um partido para outro. Portanto, pretendo apresentar algumas das realizações do Governo Lula e rebater algumas das críticas feitas nesta Casa de Leis por aqueles que parecem torcer contra o Brasil.

O Brasil está de novo no rumo certo. Todos os indicadores econômicos confirmam que a retomada do crescimento já começou. A inflação está sob controle. A produção agropecuária e a produção industrial batem recordes. O país é cada vez mais respeitado no exterior e nunca exportou tanto como agora. Ao mesmo tempo, cresce o volume de recursos destinados a ações sociais e a oferta de empregos. E os passos seguros do Governo Federal ajudam ainda o Paraná a crescer.

Saibam por que: em todo o País, foram gerados um milhão e 600 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, maior saldo registrado desde 1992.

O IBGE mostra que a renda média do trabalhador encontra-se em franca recuperação. E os programas sociais do Governo Lula vão transferir R\$ 5,3 bilhões em 2004 para famílias de baixa renda, valor 140% maior que o investido em transferência de renda no ano de 2002.

O Brasil nunca exportou tanto como em 2004. Neste ano, as exportações devem atingir o recorde de US\$ 82 bilhões, contra os US\$ 73 bilhões registrados no ano passado.

Em 2003, o Governo Federal viabilizou a aplicação de R\$ 30,9 bilhões entre custeio, investimento e comercialização da produção agrícola. Um volume de recursos 37,9% superior ao repassado em 2002, e que beneficiou 2,1 milhões de produtores. A produção de grãos na safra 2002-2003 também foi recorde. Atingiu 123,2 milhões de toneladas, com um crescimento de 27,3% em, relação à safra anterior. O Paraná, sendo o maior produtor de grãos do país, foi o mais beneficiado.

Apenas em 2003, o Governo Lula repassou R\$ 5,1 bilhões para o crédito habitacional, possibilitando a realização de 344 mil atendimentos (aquisição, melhoria ou construção de casas) e a geração de mais de 450 mil empregos diretos e indiretos. Até o final de 2004, o Ministério das Cidades espera realizar mais de 543 mil atendimentos, com a aplicação de R\$ 8,8 bilhões de recursos federais.

A agricultura familiar, que responde por 77% dos empregos no meio rural e por 37% da produção agrícola brasileira, nunca recebeu tanto dinheiro como no Governo Lula. Foram R\$ 5,4 bilhões apenas para a safra 2003-2004, beneficiando 1,4 milhão de produtores em todo o país (55% a mais que a safra passada), com crédito a baixo custo e sem burocracia.

Estou me reportando ao salário mínimo tão criticado. No Governo FHC não houve reajuste real da correção da inflação. No Governo Lula conseguimos, pouco mas conseguimos. Aceitamos a crítica.

O que está acontecendo no país, ocorrendo reformas estruturais. Estive recentemente com o Presidente

Lula aqui na Associação Comercial do Paraná, quando um empresário pedia para baixar os juros e o Presidente dizia que não. Dizia que estava criando as condições estruturais para isso. Deu o seguinte exemplo: as cooperativas de créditos, os empresários do mesmo ramo que quiserem constituir as suas cooperativas de créditos, colocar o seu dinheiro ali para emprestar para eles mesmos, com certeza abaixa o juro.

Estamos criando condições para baixar os juros e o dinheiro ser movimentado com mais força e fazer com que haja um incremento na aplicação dos recursos dos brasileiros. Estamos fazendo um esforço para aprovar as CPI's. Uma grande parceria com o empresariado nacional. E essa herança maldita que pegamos de tantos e tantos anos está sendo consertada gradativamente”.

Muito obrigado!

Consulta a Liderança do Governo.

**(Declina)**

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2004, que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos agentes comunitários de saúde do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (**Para Discutir**)

Estive conversando com o Deputado Luciano Ducci e tenho a seguinte preocupação, que gostaria de compartilhar com os Deputados.

Longe de mim achar que os direitos dos agentes comunitários não têm que ser respeitados.

Historicamente, os agentes comunitários prestam serviço extraordinário e fundamental no Estado do Paraná e no Brasil. O projeto do Deputado Luciano solicita o direito à qualificação gradual e permanente dos agentes comunitários; direito à contratação através de regime que assegura seus direitos e garantias trabalhistas e direito de receber o risco de vida conforme legislação trabalhista. Portanto, estou de acordo com isso. Só que há um Substitutivo Geral da Comissão de Justiça que me chamou a atenção e me preocupa.

Estou apenas querendo compartilhar essa preocupação e gostaria que os Deputados me ajudassem, para depois não saírem dizendo por aí que sou contra os agentes comunitários.

O Substitutivo Geral estabelece o seguinte: “competem aos Municípios do Estado do Paraná encaminhar para Secretaria de Estado da Saúde cópia dos documentos com prazo de pagamento dos direitos trabalhistas previstos em constituição dos agentes”.

Não me parece que seja a Secretaria de Saúde que deva fiscalizar os direitos trabalhistas; quem deve fiscalizar é o Tribunal de Contas, o Ministério do Trabalho, porque, normalmente, esses agentes não são contratados diretamente pela Prefeitura, são contratados por organizações não-governamentais ou por OCIP's e, em Londrina são contratados pela Santa Casa: vai o dinheiro do Governo Federal, a Santa Casa contrata e administra os agentes comunitários, agentes de saúde.

Então, primeiro é essa preocupação de que não é a Secretaria da Saúde que vai tomar conta disso e, em segundo lugar, que acho mais preocupante ainda, é no artigo 2º quando coloca que no caso de os Municípios não

encaminharem a documentação específica do artigo 1º para Secretaria Estadual, esse Substitutivo propõe o descredenciamento do Município do Programa de Agentes Comunitários de Saúde até que a documentação seja apresentada. Parece-me, neste momento em que os Prefeitos acabaram de assumir e que existem vários contratos ainda em vigência, puni-los com o descredenciamento do Município de uma ação tão importante e positiva, me põe a pensar e me deixa preocupada.

Em terceiro lugar, esse projeto tem vícios de iniciativa porque a matéria é privativa do Governo nos termos do artigo 66 do inciso II da Constituição, mas isso não é preocupação para mim. A preocupação - o Deputado Luciano já explicou a dele e a minha, fizemos, vamos criar um problema para os Municípios, para as Prefeituras e à Secretaria da Saúde, que não tem responsabilidade de fiscalizar isso aqui.

Gostaria de ouvir o Deputado Luciano Ducci, que é o autor do projeto, que me parecia bem mais simples de votar. Agora, o substitutivo da CCJ é que vai criar problemas para os Prefeitos, porque dentro de noventa dias, se eles não encaminharem documentação específica para a Secretaria da Saúde, vão ser descredenciados.

Não sei se é a preocupação de todo mundo, mas penso que temos que ter um pouco de cuidado com esse projeto hoje aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Era isso, Deputada?

A SRA. ELZA CORREIA

Era isso, mas se ninguém se manifestar, eu vou votar...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O Deputado Luciano Ducci já está inscrito.

O SR. NATÁLIO STICA

E eu também.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Inicialmente, o Deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

A preocupação da Deputada Elza, nós entendemos como uma preocupação que poderão ter alguns Municípios que, por conta de não cumprirem o que está na lei, venham a perder o convênio.

Primeiro, acho e entendo que não podemos, com um erro, acabar justificando um outro erro. Temos que primeiro exigir, sim, que todo Município conveniado venha a fazer os registros de carteira, pagar as obrigações, porque tem a Lei de Responsabilidade Fiscal que é abrangente e não é só o que o Prefeito gastou ou não gastou. Isso aqui não cumprido por parte do Prefeito, ele pode e deve responder por seus atos e o que assume, onde tiver erro ele tem que acertar no prazo de 90 dias e

mandar toda a documentação para poder continuar com o convênio.

É pena o Deputado José Maria não estar presente: ele deve estar naquela Comissão da Terra, mas tenho certeza que ele só se preocupou em garantir que os agentes, em todos os Municípios do Paraná, tenham seus direitos garantidos e cobrados; eu sei que é sua preocupação.

Então, em que pese a preocupação que o Município possa vir a perder um convênio, tenho certeza que vamos acertar e nenhum vai perder, mas todos terão a condição regularizada e não podemos permitir que o município, por qualquer motivo ou por desleixo de um Prefeito que não se reelegeu, venha a sofrer uma punição. É nosso interesse manter com esse substitutivo, porque ele visa acertar, definitivamente, e deixar regularizada a situação dos trabalhadores, dos agentes em todos os Municípios.

Nós defendemos, portanto, o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encerrada a discussão.

Está em votação o projeto.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Luciano Ducci.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI

Sr. Presidente e demais colegas Deputados e Deputadas.

A intenção deste projeto, como bem colocou o Deputado Stica, visa regularizar a situação dos agentes comunitários no Estado do Paraná. O programa dos agentes comunitários já existe há muitos anos; tem como princípio e como pressuposto que a pessoa more onde trabalha. Quer dizer, uma pessoa que trabalha normalmente em área de risco social e mora daquela área, conhece as aproximadamente duzentas famílias que ela acaba visitando. E por isso se torna inviável o concurso público para agentes comunitários de saúde.

Por conta disso é que os Municípios acabam fazendo essa contratação através das OCIP's ou ONG's ou de alguma entidade ligada à Prefeitura ou à Secretaria da Saúde. E a nossa preocupação, andando pelo Estado e conhecendo bem o programa dos agentes comunitários pelo Paraná inteiro, temos visto em muitas situações agentes comunitários com contrato temporário, agente comunitário sem contratação e sem garantia celetista, mulheres - porque a grande maioria são mulheres - sem direito à licença-maternidade, a licença gestação. Enfim, várias questões onde não existe a garantia trabalhista para esses profissionais simplesmente contratados e muitas vezes com pagamento por RPA - Recibo de Pagamento de Autônomo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2004, que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - Provita Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos agentes comunitários de saúde do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (**Para Discutir**)

Estive conversando com o Deputado Luciano Ducci e tenho a seguinte preocupação, que gostaria de



compartilhar com os Deputados. Longe de mim achar que os direitos dos agentes comunitários não têm que ser respeitados.

Historicamente, os agentes comunitários prestam serviço extraordinário e fundamental no Estado do Paraná e no Brasil. O projeto do Deputado Luciano solicita o direito à qualificação gradual e permanente dos agentes comunitários; direito à contratação através de regime que assegura seus direitos e garantias trabalhistas e direito de receber o risco de vida conforme legislação trabalhista. Portanto, estou de acordo com isso. Só que há um Substitutivo Geral da Comissão de Justiça que me chamou a atenção e me preocupa. Estou apenas querendo compartilhar essa preocupação e gostaria que os Deputados me ajudassem, para depois não saírem dizendo por aí que sou contra os agentes comunitários.

O Substitutivo Geral estabelece o seguinte: “compete aos Municípios do Estado do Paraná encaminhar para Secretaria de Estado da Saúde cópia dos documentos com prazo de pagamento dos direitos trabalhistas previstos em constituição dos agentes”.

Não me parece que seja a Secretaria de Saúde que deva fiscalizar os direitos trabalhistas; quem deve fiscalizar é o Tribunal de Contas, o Ministério do Trabalho, porque, normalmente, esses agentes não são contratados diretamente pela Prefeitura, são contratados por organizações não-governamentais ou por OCIP's e, em Londrina são contratados pela Santa Casa: vai o dinheiro do Governo Federal, a Santa Casa contrata e administra os agentes comunitários, agentes de saúde.

Então, primeiro é essa preocupação de que não é a Secretaria da Saúde que vai tomar conta disso e, em segundo lugar, que acho mais preocupante ainda, é no artigo 2º quando coloca que no caso de os Municípios não encaminharem a documentação específica do artigo 1º para Secretaria Estadual, esse Substitutivo propõe o descredenciamento do Município do Programa de Agentes Comunitários de Saúde até que a documentação seja apresentada. Parece-me, neste momento em que os Prefeitos acabaram de assumir e que existem vários contratos ainda em vigência, puni-los com o descredenciamento do Município de uma ação tão importante e positiva, me põe a pensar e me deixa preocupada.

Em terceiro lugar, esse projeto tem vícios de iniciativa porque a matéria é privativa do Governo nos termos do artigo 66 do inciso II da Constituição, mas isso não é preocupação para mim. A preocupação - o Deputado Luciano já explicou a dele e a minha, fizemos, vamos criar um problema para os Municípios, para as Prefeituras e à Secretaria da Saúde, que não tem responsabilidade de fiscalizar isso aqui.

Gostaria de ouvir o Deputado Luciano Ducci, que é o autor do projeto, que me parecia bem mais simples de votar. Agora, o substitutivo da CCJ é que vai criar problemas para os Prefeitos, porque dentro de noventa dias, se eles não encaminharem documentação específica para a Secretaria da Saúde, vão ser descredenciados.

Não sei se é a preocupação de todo mundo, mas penso que temos que ter um pouco de cuidado com esse projeto hoje aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Era isso, Deputada?

A SRA. ELZA CORREIA

Era isso, mas se ninguém se manifestar, eu vou votar...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O Deputado Luciano Ducci já está inscrito.

O SR. NATÁLIO STICA

E eu também.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Inicialmente, o Deputado Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

A preocupação da Deputada Elza, nós entendemos como uma preocupação que poderão ter alguns Municípios que, por conta de não cumprirem o que está na lei, venham a perder o convênio.

Primeiro, acho e entendo que não podemos, com um erro, acabar justificando um outro erro. Temos que primeiro exigir, sim, que todo Município conveniado venha a fazer os registros de carteira, pagar as obrigações, porque tem a Lei de Responsabilidade Fiscal que é abrangente e não é só o que o Prefeito gastou ou não gastou. Isso aqui não cumprido por parte do Prefeito, ele pode e deve responder por seus atos e o que assume, onde tiver erro ele tem que acertar no prazo de 90 dias e mandar toda a documentação para poder continuar com o convênio.

É pena o Deputado José Maria não estar presente: ele deve estar naquela Comissão da Terra, mas tenho certeza que ele só se preocupou em garantir que os agentes, em todos os Municípios do Paraná, tenham seus direitos garantidos e cobrados; eu sei que é sua preocupação.

Então, em que pese a preocupação que o Município possa vir a perder um convênio, tenho certeza que vamos acertar e nenhum vai perder, mas todos terão a condição regularizada e não podemos permitir que o município, por qualquer motivo ou por desleixo de um Prefeito que não se reelegeu, venha a sofrer uma punição. É nosso interesse manter com esse substitutivo, porque ele visa acertar, definitivamente, e deixar regularizada a situação dos trabalhadores, dos agentes em todos os Municípios.

Nós defendemos, portanto, o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encerrada a discussão.

Está em votação o projeto.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Luciano Ducci.

#### O SR. DR. LUCIANO DUCCI

Sr. Presidente e demais colegas Deputados e Deputadas.

A intenção deste projeto, como bem colocou o Deputado Stica, visa regularizar a situação dos agentes comunitários no Estado do Paraná. O programa dos agentes comunitários já existe há muitos anos; tem como princípio e como pressuposto que a pessoa more onde trabalha. Quer dizer, uma pessoa que trabalha normalmente em área de risco social e mora daquela área, conhece as aproximadamente duzentas famílias que ela acaba visitando. E por isso se torna inviável o concurso público para agentes comunitários de saúde.

Por conta disso é que os Municípios acabam fazendo essa contratação através das OCIP's ou ONG's ou de alguma entidade ligada à Prefeitura ou à Secretaria da Saúde. E a nossa preocupação, andando pelo Estado e conhecendo bem o programa dos agentes comunitários pelo Paraná inteiro, temos visto em muitas situações agentes comunitários com contrato temporário, agente comunitário sem contratação e sem garantia celetista, mulheres - porque a grande maioria são mulheres - sem direito à licença-maternidade, a licença gestação. Enfim, várias questões onde não existe a garantia trabalhista para esses profissionais simplesmente contratados e muitas vezes com pagamento por RPA - Recibo de Pagamento de Autônomo.

Então, quando nós montamos o projeto de lei e posteriormente entendendo a discussão na CCJ, entendo a preocupação do Deputado José Maria até montá-lo de uma forma diferente, como Substitutivo Geral, onde não passa a ser a função do Estado garantir a contratação, mas, sim, de fiscalizar que a contratação se dê com as garantias trabalhistas, é que nós aceitamos e discutimos em conjunto a aprovamos na CCJ o Substitutivo.

Então, acho que o Substitutivo atende uma demanda da Secretaria de Estado da Saúde, da força de trabalho, que são os agentes comunitários de saúde - hoje quase mais de quinze mil no Estado do Paraná - e com certeza beneficiar todos esses trabalhadores. Então, nesse sentido estamos pedindo o apoio e o voto favorável para este projeto de lei.

#### A SRA. ELZA CORREIA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Quero deixar bem claro que nenhum de nós aqui vai contra um projeto dessa natureza, mas me reservo no direito de deixar consignada essa preocupação, porque aqui são funcionários, agentes da saúde temporários. Portanto, não tenho certeza se o substitutivo quando propõe que os salários, 13º, guias de recolhimento da previdência social, fundo de garantia, insalubridade, risco de vida, no contrato temporário se incide. Mas, o senhor é médico, vou pelo senhor.

Por outro lado, o que resolve isso é de fato um concurso público e não contratação temporária, que é por 90 dias, mas tem agentes que estão por uma no, dois, três, cinco anos lá, como temporários, e o dinheiro muitas vezes vem do Ministério da Saúde e não vai para a Prefeitura: vai para as ONGs. No caso de Londrina, para a Santa Casa que ainda recebe 10% desse dinheiro que vem do Ministério da Saúde para administrar os agentes de saúde.

Está clara a minha colocação?

Então, acho que os prefeitos vão ter aí um problema pela frente. Principalmente agora que estamos entrando no verão, dengue e me preocupa o descredenciamento dos municípios, embora concorde com o Luciano Ducci que esses trabalhadores teriam que receber insalubridade, periculosidade, trabalham com problemas graves que podem ser contaminados, inclusive.

Sinceramente companheiros, não vou votar contra, para amanhã ou depois não dizerem que votei contra os agentes de saúde, mas, vamos aguardar o que vem lá do Governo e o desdobramento desse projeto.

Como há uma orientação do Deputado Stica, que é Líder do Governo, para votarmos favoravelmente, eu vou acompanhar, mas penso que deveríamos retirar esse projeto e pensar melhor sobre ele. Não acredito que o Luciano Ducci queira retirar.

Por que há visto iniciativa? Porque trata-se de remuneração, trata-se de alterar regime e trata-se de mudança de salário, e isso não compete a nós aqui, competiria ao Governo do Estado, ao Secretário da Saúde.

Nesse sentido, Sr. Presidente André Vargas, fica consignada a minha preocupação porque nós teremos problemas com esse projeto no futuro.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Está em votação o projeto.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado por unanimidade.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui no Estado do Paraná o Dia da Comunidade Alemã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2004, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei 11.170/95 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Em votação.**

#### A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)

Sr. Presidente.

Sinto-me na obrigação de fazer uma referência a esse projeto, porque fui eu, na sessão passada, quem

solicitou ao Presidente da Casa, algumas explicações e ele, gentilmente, trouxe à Casa dois Procuradores, Desembargadores, para explicar o projeto.

Recebi hoje um conjunto de leis que ampara esse projeto, que fala sobre a remuneração do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mas já havia feito uma pesquisa no final de semana, com várias leis, grupos de decretos e, portanto esse projeto na minha avaliação, está amparado. Na verdade, é apenas uma reorganização e uma ação para legalizar o que de fato está amparado através das leis federais de resoluções. Sinto-me na obrigação de fazer essa colocação, à medida que levantei na Sessão anterior alguns questionamentos em relação ao projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

**Aprovado, por unanimidade, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivo da Lei nº 14.470/2004 de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28.12.1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.1992, (com precatórios de natureza alimentícia). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Eu tinha como retirado por três Sessões, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não houve retirada de pauta.

O que houve é uma emenda a CCJ. Talvez tenha sido há três Sessões atrás. A pauta não foi elaborada pelo presidente em exercício.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que institui o dia 25 de novembro como o Dia do Transportador Escolar. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2004, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 12.377, de 28.12.98 - Conselho Penitenciário. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Menino Jesus de Santa Eliza, com sede no Distrito de Santa Elena e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Polegar, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2004, que altera os dispositivos de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995. Serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º, 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003. (Cargos de Agentes de Aviação). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 059/2004, de 23/06/2004-Mensagem).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/2004

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 014/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta alterar os dispositivos de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11071, de 22 de março de 1995, excluindo as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003 - Cargos de Agente de Aviação.

Na justificativa o autor diz que a medida ora proposta justifica-se diante do simples fato de que a vantagem cuja exclusão dos referidos limites máximos pretende-se, é denominada “adicional de vôo”, instituída pela Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003, sendo percebida pelos pilotos das aeronaves do Estado, como vantagem de natureza e características especiais, inerentes às atividades dos integrantes da categoria de agentes de aviação.

É o relatório.

#### Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 2º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação poderia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 2º do projeto de lei em análise, passando o artigo 2º a vigorar com a seguinte redação: “Esta lei entrará em vigor a partir da data de vigência da Lei Estadual nº 14.077/2003.”

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.09.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 251/2004

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo, excluindo as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077/2003, do limite máximo de que trata o artigo 7º da Lei nº 11.071/1995.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, dispõe o seguinte:

“Art. 7º - Para fins do inciso XI do artigo 27 da Constituição Estadual e artigo 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.”

O adicional de que trata o projeto de lei é o Adicional de Vão - AVV: retribuição financeira fixada em valor, em duas parcelas, sendo uma fixa de natureza permanente e outra variável, para o cargo de Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade e vão, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

A iniciativa é privativa do Governador do Estado, cabendo ao mesmo anexar o relatório de impacto financeiro, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O relatório de impacto consta do processo, logo após a Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 251/2004.

Sala das Comissões, em 17.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2004, que objetiva dispensar, na forma e condições que especifica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2004, de 18/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 368/2004

### P A R E C E R :

#### Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 026/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta dispensar, na forma e condições que especifica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Na justificativa o autor diz que a medida em causa foi objeto de proposta do Titular da Secretaria da Fazenda, através do Ofício nº 224/2004, de 22.09.2004, a mim dirigido e protocolado sob nº 8.068.427-4, onde figura a adiante transcrita exposição de motivos que esclarece, com o necessário detalhamento, o significado, conveniência e oportunidade da matéria:

#### “Artigo 1º

O Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN - abriga em seus depósitos aproximadamente doze mil veículos apreendidos pelas mais diversas razões. Essa atividade, além de representar um difícil trabalho, é bastante onerosa, pois, além do custo do armazenamento, esse órgão passa a ser o depositário fiel dos veículos, que ficam sob sua guarda e total responsabilidade.

Tais veículos, em sua grande parte, são leiloados pelo DETRAN em hasta pública, sendo que a pendência de débitos tributários sobre estes, dificulta o procedimento e a finalização dessa alienação.

Ressalte-se que estes débitos dificilmente serão recuperados, sendo que o custo desta cobrança, por vezes, suplanta o próprio débito. Assim, considerando a diminuta importância destes créditos tributários, e o disposto no inciso III do artigo 172 do Código Tributário Nacional, os mesmos poderão ser dispensados, mediante lei específica que autorize.

Considerando que tais veículos, alienados na condição de sucata, não mais estarão em circulação, a dispensa de eventuais débitos de IPVA viria a eliminar custos e burocracia necessários para efetuar esta cobrança, além de facilitar a operacionalização dos leilões e a logística dos veículos depositados no pátio do DETRAN.

Por fim, observa-se que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, no inciso II do § 3º de seu artigo 14, possibilita o cancelamento de débitos cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.

### Artigo 2º

A atividade de locação de veículos e bens imóveis é vulnerável à ação criminosa de pessoas que, após furtarem documentos pessoais (carteira de identidade, carteira de habilitação para dirigir e cartões de crédito) alteram características deste, como, por exemplo, a fotografia, e os utilizam, para a locação de bens (veículos) qualificando-se com os dados da vítima.

Esse veículos “locados” são encaminhados para desmanche, clonagem de veículos acidentados ou repasse a países fronteiriços e, salvo raríssimas exceções, jamais voltam para a locadora, que somente tomará ciência de que foi vítima de um crime quando não se verifica a devolução.

A Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, dispõe, no parágrafo 2º de seu artigo 3º, que: “no caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão ou estelionato, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato”.

Considerando que a Lei nº 14.260/2003 dispõe, que “contribuinte do IPVA é pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor”, e, a profunda identidade entre os tipos penais mencionados, uma vez que, com a apropriação indébita também ocorre a subtração de um bem do patrimônio da vítima, é questão de justiça a dispensa do imposto também nestes casos.”

### Da fundamentação do parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 368/2004

P A R E C E R :

### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 26/2004, que objetiva dispensar, na forma e condições que especifica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA.

### Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

### Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 368/2004.

Sala das Comissões, em 17.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1993, de autoria da Deputada Cida Borghetti com apoioamento do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1994, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1995 e 1996, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1999 a 2001, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2002 e 2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2004, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2006, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2011, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2015, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2016, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2017 e 2018, de autoria dos Deputados Elton Carlos Welter e Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2019, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2020, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2021 e 2022, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2023 e 2024, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2025, de autoria dos Deputados Waldir Leite, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Adia-se na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria comunicar a todos os Deputados que dia 26, agora, sexta-feira, encerra-se o prazo de apresentação de emendas ao Orçamento, bem como convidá-los para uma audiência pública amanhã, às nove horas, aqui no plenário, com a presença da Secretaria do Planejamento, Secretaria das Finanças, enfim, a presença de Secretaria de Estado para vir aqui discutir com a sociedade e com a Casa o Orçamento do Estado.

Quero comunicar que teremos uma Sessão Extraordinária, logo em seguida, três minutos após o encerramento desta.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Engenheiro Paulo Mac Donald Gheese, do Vereador Vitorassi, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos da Cidade de Foz do Iguaçu.

Sejam bem-vindos nossos amigos de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

E também o atual Prefeito Polaco, de Capanema.

Seja muito bem-vindo, Polaco, companheiro de valor.

O SR. NELSON TURECK (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Vereador-Presidente da cidade de Mamborê e agora Prefeito em exercício, Claudinei Alves de Souza, que nos prestigiava nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sejam todos muito bem-vindos!

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar também a presença do Presidente Regional do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Sr. Marino José Teixeira, que se encontra na tribuna de honra desta Casa de Leis e também da Vereadora Ana Lúcia do PDT, da cidade de Araçongas.

Muito nos honra a presença de V. Exa. em nossa Sessão de hoje.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós encaminhamos a convocação do superintendente do Porto de Paranaguá, toda a Oposição e vários outros Deputados, para o dia de amanhã. Evidentemente, numa manobra regimental extremamente compreensível dentro do Parlamento, adiou-se a discussão, o que impossibilitará a vinda do Superintendente do Porto de Paranaguá aqui amanhã, dar explicações sobre suas declarações ofensivas dizendo que todos os Parlamentares estão destituídos de qualquer respeito e boa-fé em função do acidente lá no Porto.

Por esta razão já estamos apresentando o mesmo requerimento na Sessão de amanhã convocando o Superintendente do Porto de Paranaguá para a próxima segunda-feira, no que esperamos o apoio irrestrito de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O requerimento já está reapresentado regimentalmente para amanhã, não havendo necessidade de reapresentá-lo.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar uma Comissão Especial que vai acompanhar a situação do Porto de Paranaguá.

Acho que a situação da orla marítima, do litoral do Paraná é tão preocupante e tão caótica que temos que fazer uma ponderação no sentido de adiarmos a vinda do superintendente, que deve estar lá para supervisionar as ações do Corpo de Bombeiros, do IAP, da Polícia Federal.

Nossa ponderação é que a vinda do superintendente seja adiada para mais uma semana para que ele possa estar disponível lá, onde a situação é bastante grave, que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Neivo, como não está em discussão e não há uma Questão de Ordem a resolver, amanhã debatemos esse assunto e decidiremos se vamos convocar para amanhã ou segunda-feira, ou a data que a Casa entender necessária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 050/2003, 013, 053, 054, 055 e 056/2004.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 484/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 729/2003 e 367/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 251 e 368/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 380, 383, 386, 391 e 392/2004 e do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Balancete:

OFÍCIO Nº 017/2004

Curitiba, 08 de outubro de 2004.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/10/2004
MÊS: Outubro	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.400.000,00	149.100.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.400.000,00	149.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	900.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DA RECEITA	13.600.000,00	150.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	405.824,08	6.374.869,58
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	405.824,08	6.374.869,58
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	405.824,08	6.374.869,58
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.860.616,38	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	18.860.616,38	9.229.421,96
TOTAL	32.866.440,46	165.604.291,54

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Outubro MÊS:Outubro	MÊS: Outubro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31/10/2004
---	---------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	15.349.157,11	143.059.160,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.934.765,94	118.427.827,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.414.391,17	24.631.332,71
DESPESAS DE CAPITAL	83.049,52	465.441,85
INVESTIMENTOS	83.049,52	465.441,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00



DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DE DESPESAS	15.432.206,63	143.524.602,11
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	95.574,09	913.574,43
PAGAMENTOS	95.574,09	913.574,43
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	200.000,00	4.027.455,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	200.000,00	4.027.455,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	295.574,09	4.941.029,69
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.138.659,74	17.138.659,74
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	17.138.659,74	17.138.659,74
TOTAL	32.866.440,46	165.604.291,54

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade